



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Abril
2018
N.º 115

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Ricardo Glatz

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná.
Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Diversas entidades e organizações de avaliação de conjuntura e tendências econômicas vem alterando avaliações anteriores elaboradas até o 1.º trimestre de 2018 quanto ao crescimento esperado da economia brasileira no corrente ano. Nesse sentido, destacam alterações conjunturais nas quais novos fatos e ocorrências recentes, não considerados nas previsões anteriores, iniciaram um processo de mutação. Uma quantificação anterior previa crescimento do PIB do Brasil em 2018 de 2,85%. As alterações conjunturais verificadas, internas e externas, justificaram revisão a previsão inicial para a qual se tem atualmente uma redução do crescimento para 2,5%. Se comparado à elevação do PIB verificada em 2017 de 1,0% constitui, inegavelmente, um valor importante que supera em 1,5% o ocorrido no ano anterior. Todavia, nesse momento, acaba frustrando parcela das expectativas anteriores, até porque outras restrições podem surgir.

Alguns fatores podem explicar a queda nas previsões de expansão do PIB da economia brasileira em 2018, dos quais podem ser destacados alguns deles:

1. A possibilidade de uma "guerra fiscal" entre EUA e China, com as sobretaxas anunciadas pelos EUA aos produtos importados da China, bem como também providências da China em relação à importação de bens oriundos do mercado americano;
2. A decisão anunciada pelo governo dos EUA na virada abril/maio /2018 de estabelecer sobretaxas e quotas de exportação, respectivamente, ao alumínio e ao aço brasileiro. A indústria brasileira argumenta que o aço exportado para os EUA será utilizado como insumo no processo produtivo daquele país, que poderá elevar os preços internos;
3. A consistência atual do desempenho da economia dos EUA representa uma realidade que explica, em parte, a valorização do dólar no mercado mundial. Nesse sentido, destacam-se: crescimento do PIB dos EUA, em paralelo à elevação do emprego e queda na tributação, importantes para expansão do consumo privado (das famílias). Ainda: há indicadores que apontam para adoção de elevação dos juros pelo Federal Reserve Bank (Banco Central dos EUA). A conjugação desses fatores estimula investidores globais a aplicarem em títulos do governo dos EUA e não de países não desenvolvidos ou com sinais de crise econômica;
4. Há uma fuga das aplicações dos mercados menos consistentes para o mercado americano, mais confiável, seja nos títulos públicos do governo ou bolsas de valores. O investidor, a fim de melhorar o retorno da sua aplicação e reduzir riscos, não se dispõe a aplicar em papéis com renda nominal de 10%, 20% ou até 40%, (este o caso recente da Argentina). Decide aplicar em títulos e papéis de economias sólidas estruturadas em moeda forte, caso dos EUA;
5. A Argentina diante da crise cambial interna do dólar em abril, poderia adiar ou suspender importações do Brasil. Essa crise cambial poderia resvalar de alguma forma sobre a economia brasileira;
6. A alta do dólar – que no mercado brasileiro atingiu quase R\$ 4,00 na 2.ª semana de maio/2018- poderá elevar os derivados de petróleo, afetando combustíveis, custos de logística e transportes em geral (inclui alimentos) e coletivo urbano, os eletro-eletrônicos (com componentes importados) que requerem derivados do petróleo, podendo levar a um adicional na inflação;
7. O aumento no preço do derivado de petróleo pela Petrobrás, que atualiza diariamente os valores cobrados nas refinarias, tem como principais referências a taxa de câmbio e o preço do barril de petróleo no exterior. As commodities cotadas em dólar no mundo globalizado, também tendem a aumentar com a valorização do dólar;
8. Alguns dos efeitos podem não ser imediatos, devido existência de produtos elaborados e ainda não comercializados, mas que utilizaram na sua produção a taxa cambial do primeiro trimestre.

A conclusão é de que são muitos os fatores atuais, que poderão estar na origem de possíveis dificuldades para a economia brasileira. Importantíssimo, todavia, é que o país mantém o controle da inflação, a estabilização dos juros SELIC, e a perspectiva positiva de crescimento do PIB neste ano acima do verificado em 2017.

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas e gráficos	04
I	Nível de Atividade Econômica	05
	1. Produto e Renda	05
	2. Mercado de Trabalho	09
	3. Nível de Salário	12
	4. Nível de Preços	14
	5. Taxa de Juros e Poupança	16
	6. Mercado de Ações	17
	7. Risco País	18
	8. Variação do Dólar	19
II	Atividade Empresarial	21
	9. Comércio Varejista no Paraná	21
	10. Outros indicadores relativos ao comércio e consumidores	25
	11. Abertura de Empresas no Paraná	26
	12. Falências Decretadas no Brasil	27
	13. Crédito: Demanda e Inadimplência	28
	14. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	29
III	Setor Público	31
	15. Arrecadação do Governo	31
	16. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	32
	17. Superávit Primário	33
IV	Relações com o Exterior	35
	18. Comércio Exterior Brasileiro	35
	19. Comércio Exterior Paranaense	43
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	49
	21. Dívida Externa Brasileira	50
	22. Reservas Cambiais	51

TABELAS E GRÁFICOS

01	Produto Interno Bruto	05
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	06
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	06
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	07
05	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	08
06	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	08
07	Brasil: Componentes da demanda no PIB	08
08	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	09
09	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	10
10	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	11
11	Brasil: Salário Mínimo	12
12	Paraná: Salário Mínimo	13
13	Índice de Preços	14
14	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	15
15	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	16
16	Poupança	16
17	Bolsa de Valores de São Paulo	17
18	Risco País	18
19	Variação do Dólar	19
20	Variação das Vendas	22
21	Vendas Comparadas ao Mês Anterior	24
22	Vendas Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	24
23	Vendas Acumuladas no ano Comparadas ao Ano Anterior	24
24	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	24
25	Índice de sondagem do Comércio FGV	25
26	Índice de sondagem do Consumidor FGV	25
27	Índice de Confiança do empresário do comércio CNC	25
28	Intenção de consumo das famílias	25
29	Abertura de Empresas no Paraná	26
30	Falências no Brasil	27
31	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	28
32	Indicador Boa Vista de Inadimplência	28
33	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	29
34	Produção Física Industrial – Por Setor	29
35	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
36	Participação da Carga Tributária no PIB	31
37	Dívida Pública Federal Interna	32
38	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
39	Brasil: Balança Comercial	35
40	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
41	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
42	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
43	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
44	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
45	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
46	Brasil: Principais Produtos Exportados	40
47	Brasil: Principais Produtos Importados	40
48	Balança Comercial Brasileira – Com e Sem petróleo e derivados	40
49	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	41
50	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	41
51	Paraná: Balança Comercial e Corrente de comércio	43
52	Paraná: Intercâmbio comercial com o MERCOSUL	44
53	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	45
54	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	45
55	Paraná: Principais Países de destino de Produtos	46
56	Paraná: Principais Produtos Exportados	46
57	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	47
58	Paraná: Principais Empresas Exportadoras	47
59	Paraná: Principais Empresas Importadoras	47
60	Paraná: Exportação – Totais por Fator Agregado	48
61	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	48
62	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	49
63	Dívida Externa Brasileira	50
64	Brasil: Participação da Dívida Externa	50
65	Brasil: Reservas Cambiais	51

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.1. O PIB do Brasil e do Paraná (*)

A divulgação pelo IBGE do PIB do Brasil e do Paraná no 4.º trimestre de 2017 permite quantificar o desempenho da economia no ano de 2017. No ano de 2017, o PIB brasileiro cresceu 1,0% (a preços reais, deflacionado) e no Paraná, o PIB cresceu 2,1% (preços reais). No Brasil, os números do PIB cf (a custo de fatores) indicam para Agropecuária participação de 2,85% no total; a Indústria teve participação de 18,22%; e o setor de Serviços teve participação de 63,91% no PIB de 2017. Importante a destacar em 2017 foram o crescimento do Consumo das Famílias (CF) e Formação de Capital Fixo(FKF).

Ademais, em 2017, vários governos estaduais tiveram dificuldades orçamentárias: atrasaram ou adiaram pagamento dos salários dos respectivos funcionários, o que também implicou na contenção do consumo.

Em 2017, adotaram-se mudanças nas políticas econômicas pelo governo federal, que possibilitaram elevação do consumo tais como: liberação de saldos de contas inativas do FGTS, mais a liberação dos saldos do PIS/PASEP, a partir da 2.ª quinzena de outubro/2017.

Acrescente-se aos fatores acima, outros também importantes: redução da inflação e a queda dos juros SELIC do BC; excelentes resultados das contas externas (balança comercial em relação a 2016); elevação da entrada do investimento estrangeiro direto-IED (capital privado do exterior); dívida externa sob gestão adequada (especialmente com a queda dos juros SELIC); menor risco país; maior oferta de dólares no mercado externo em 2017.

Houve inversão do perfil do mercado de trabalho e emprego, com a criação de vagas em ramos específicos da indústria de transformação: veículos, equipamentos de transporte, tratores e colheitadeiras; produtos da cadeia produtiva da madeira: papel e celulose, móveis e mobiliário; e couro e calçados. A destacar a criação de vagas (CAGED) nos serviços industriais de utilidade pública: energia elétrica, saneamento e limpeza urbana.

O crescimento do consumo das famílias-CF gera importante efeito multiplicador para o aquecimento da demanda interna. Repercute diretamente, de forma mais intensa, sobre o varejo e respectivos ramos, aumentando vendas ou alterando padrões até então predominantes de alguns produtos comercializados: redirecionando o consumo de bens alternativos ou substitutos para marcas ou categorias de maior valor agregado. A elevação do CF é importante, mas não o suficiente. Há que se considerar que o investimento do governo caiu em relação a períodos anteriores, o que compromete a expansão e a qualidade da infraestrutura disponível e necessária à consolidação do crescimento da economia. Todavia, ocorreu elevação dos investimentos em ramos específicos da indústria (em alguns casos com inovações tecnológicas) e do comércio (supermercados, shoppings-centers, etc.). Consideram-se como muito positivas as perspectivas para expansão da economia e do PIB para o ano de 2018.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (*)
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado 1	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%) 2	Varição Real (no ano) (%) 3	Valor a Preços Correntes de Mercado 4	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%) 5	Varição Real no ano (%) 6	
2008	3.020.522	14,01	5,1	185.684	12,39	4,0	6,15
2009	3.228.168	6,87	-0,1	196.676	5,92	-1,7	6,09
2010	3.748.969	16,13	7,5	225.205	14,51	9,9	6,01
2011	4.272.946	13,98	4,0	257.122	14,17	4,6	6,02
2012	4.703.863	10,08	1,9	285.620	11,08	0,0	6,07
2013	5.331.619	13,35	3,0	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	5.996.000	3,76	-3,5	376.960	8,30	-3,4	6,29
2016	6.259.228	4,39	-3,5	386.957	2,65	-2,4	6,18
2017	6.559.940	4,80	1,0	412.784	6,67	2,1	6,29

Fonte: Brasil:www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 15/03/2018)

Paraná: www.ipardes.gov.br (Consulta em 15/03/2018)

Paraná: 2016 e 2017: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)

(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2016 4º Tri	2017 1º Tri	2017 2º Tri	2017 3º Tri	2017 4º Tri	2017 - 4º TRI		Variação 2017/ 2016 (Com ajuste sazonal)
						Variação % trimestre anterior	Participação % do Setor no PIB Total	
AGROPECUÁRIA	54.340	96.588	84.001	70.288	48.592	-30,87	2,85	13,0
INDÚSTRIA	298.796	288.873	298.308	314.558	310.247	4,00	18,22	0,0
1. Extrativa mineral	20.126	26.913	25.003	21.266	27.637	10,53	1,62	4,3
2. Transformação	167.626	152.154	165.918	179.025	169.060	1,89	9,93	1,7
3. Construção civil	73.420	73.439	72.100	75.658	73.991	2,62	4,35	-5,0
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	37.623	36.367	35.287	38.609	39.560	12,11	2,32	0,9
SERVIÇOS	1.060.874	985.571	1.032.770	1.030.711	1.088.049	5,35	63,91	0,3
1. Comércio	182.195	166.388	175.569	184.859	188.595	7,42	11,08	1,8
2. Transporte, armazenagem e correio	60.084	58.450	61.739	64.542	61.806	0,11	3,63	0,9
3. Serviços de informação	46.156	44.287	43.757	44.588	47.568	8,71	2,79	-1,1
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	114.896	116.928	113.114	108.072	110.901	-1,96	6,51	-1,3
5. Outros serviços(1)	245.722	235.454	249.873	254.398	260.211	4,14	15,28	0,4
6. Atividades imobiliárias e aluguel	134.061	134.675	137.001	138.737	139.394	1,75	8,19	1,1
7. Administração, saúde e educação públicas	277.760	229.389	251.717	235.515	279.574	11,07	16,42	-0,6
Impostos líquidos sobre produtos	217.396	214.007	215.861	225.811	255.705	18,46	15,02	1,3
PIB : preços de mercado	1.631.406	1.585.039	1.630.940	1.641.368	1.702.593	4,39	100,00	1,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) Valores sujeitos a alteração (Consulta em 15/03/2018)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2014*	--	0,5	2,8	-1,5	1,0
3º Tri	-0,6	0,1	-1,7	0,5	0,3
4º Tri	-0,2	0,0	1,6	-0,4	0,0
2015*	--	-3,5	3,6	-6,3	-2,7
1º Tri	-1,8	-1,0	6,9	-1,6	-1,3
2º Tri	-3,0	-2,2	-4,0	-4,0	-1,2
3º Tri	-4,5	-1,5	-2,6	-1,5	-1,1
4º Tri	-5,8	-1,2	0,7	-1,7	-0,6
2016*	--	-3,5	-6,6	-3,8	-2,7
1º Tri	-5,4	-0,6	-3,2	-0,8	-0,4
2º Tri	-3,6	-0,3	-1,0	1,0	-0,7
3º Tri	-2,9	-0,7	-2,1	-1,4	-0,5
4º Tri	-2,5	-0,9	1,0	-0,7	-0,8
2017*	--	1,0	13,0	0,0	0,3
1º Tri	0,0	18,5	-1,0	-1,6	1,3
2º Tri	0,4	14,8	-1,9	-0,2	0,6
3º Tri	1,4	9,1	0,4	1,0	0,2
4º Tri	2,1	6,1	2,7	1,7	0,1

Fonte: www.ibge.gov.br – Valores com ajuste sazonal/deflacionados (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 15/03/2018)

(1) O segmento sob denominado outros serviços inclui: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; outros serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos; e serviços domésticos.

* Valores anuais.

1. PRODUTO E RENDA**1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada da economia é constituída pela soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo mais variação de estoques); 4) balança comercial: exportações menos importações. O investimento bruto interno-IBI considera investimento público e privado e também o investimento externo no país; todavia, não contabiliza investimentos nacionais em outros países.

Até 2016, os componentes da demanda agregada expressavam as limitações econômicas do país, que vigoravam desde o último trimestre de 2014, muito acima do previsto pelo governo.

As mudanças do governo federal na política econômica em 2017, possibilitaram melhoria no consumo. Dentre as mudanças, destacam-se: a liberação de saldos de contas inativas do FGTS e a liberação dos saldos das contas do PIS/PASEP após outubro/2017.

Junte-se às providências acima: a redução da inflação, dos juros SELIC, os excelentes resultados das contas externas da balança comercial (em relação a 2016), e o crescimento do investimento estrangeiro direto-IED (entrada de capital privado do exterior).

O aumento do consumo das famílias detém importante efeito multiplicador para aquecer a demanda. Repercute diretamente, de forma mais intensa, sobre o varejo e respectivos segmentos, aumentando vendas ou alterando padrões predominantes de produtos comercializados: redirecionando o consumo de bens alternativos ou substitutos para marcas categorias de maior valor agregado. No entanto, o crescimento do consumo das famílias foi importante, mas não é suficiente.

Ocorreram no 3.º e no 4.º trimestres de 2017 elevações substanciais na Formação Bruta de Capital Fixo-FKF, após 15 trimestres consecutivos de queda. Em parte, esse resultado pode ser associado à recuperação da economia, principalmente quedas da inflação e dos juros, mais existência de indicadores de estabilidade institucional e obediência aos preceitos democráticos.

As dificuldades nas contas do setor público em 2017, nos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais), atuaram como fatores restritivos ao CG e a FKF do setor público. Nos Estados ou municípios nos quais houveram atrasos nos salários, o CF sofreu queda ou adiamento. Uma alternativa a ser considerada em relação à FKF é a implementação de "parcerias público-privadas", as 'PPP's, pelas quais parcela dos gastos em investimentos poderiam ser assumidos pelo setor privado, permitindo melhorar indicadores da infraestrutura. Ao governo caberia definir contratos que expressassem, sob regulamentação explícita à sociedade, as obrigações e compromissos mútuos dos contratantes, a serem acompanhados por agências nacionais reguladoras.

A balança comercial-BC apresentou melhoria comparada a anos anteriores: superou US\$ 66 bilhões.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ bilhões)

Tipo de Demanda	2016 1ºTri	2016 2ºTri	2016 3ºTri	2016 4ºTri	2017 1ºTri	2017 2ºTri	2017 3ºTri	2017 4ºTri
Consumo das famílias	946,6	960,0	1.009,6	1.042,2	1.003,6	1.021,1	1.048,8	1.089,5
Consumo do Governo	282,8	307,9	303,4	369,3	307,7	331,9	311,9	370,8
Investimento Bruto Interno	244,6	248,3	259,9	218,5	271,1	242,4	265,4	239,1
Formação bruta de capital fixo	249,0	256,7	260,5	254,8	248,6	248,8	263,9	268
Variação de estoque	-4,4	-8,4	-0,5	-36,3	22,4	-6,4	1,4	-28,9
Balança Comercial	-201	14,2	7,3	0,6	12,2	35,6	15,2	3,1
Exportações	195,4	207,4	192,9	185,1	192,5	216,2	210,5	205,4
Importações (-)	195,6	193,2	185,6	184,5	180,3	180,6	195,2	202,2
Demanda Agregada Total	1.473,8	1.530,4	1.580,2	1.630,6	1.594,5	1.630,9	1.641,4	1.702,6

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 15/03/2018)

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2008	142.051	717.907	1.766.519	2.626.478	483.325	3.109.803	1.857.510	585.868	602.846	69.475	420.881	426.776
2009	149.213	729.222	1.971.328	2.849.763	483.277	3.333.039	2.065.033	654.964	636.676	-10.193	361.680	375.120
2010	159.932	904.158	2.238.750	3.302.840	583.007	3.885.847	2.340.167	738.966	797.946	49.220	417.270	457.722
2011	190.024	1.011.034	2.519.403	3.720.461	655.921	4.376.382	2.637.814	817.038	901.927	53.274	501.802	535.473
2012	200.695	1.065.682	2.827.882	4.094.259	720.501	4.814.760	2.956.834	892.180	997.460	33.728	563.474	628.916
2013	240.290	1.131.626	3.181.844	4.553.760	777.859	5.331.619	3.290.422	1.007.275	1.114.944	41.685	620.077	742.784
2014	249.975	1.183.094	3.539.665	4.972.734	806.219	5.778.953	3.638.404	1.106.874	1.148.453	39.030	636.375	790.183
2015	258.967	1.160.772	3.735.862	5.155.601	840.186	5.995.787	3.835.193	1.185.776	1.069.397	-25.433	773.468	842.614
2016	306.163	1.144.111	3.957.736	5.408.010	851.218	6.259.228	4.007.330	1.262.802	1.009.176	-46.053	782.067	756.094
2017	299.469	1.211.986	4.137.102	5.648.557	911.384	6.559.940	4.161.220	1.315.136	1.025.615	-8.640	824.425	757.816

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 15/03/2018)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AGROPECUÁRIA	5,9	6,1	4,8	5,1	4,9	5,3	5,0	5,0	5,7	5,3
INDÚSTRIA	27,9	25,4	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8	22,5	21,2	21,5
Extrativa Mineral	3,2	1,3	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	2,1	1,1	1,8
Transformação	16,6	15,8	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	12,2	11,9	11,8
Construção Civil	4,9	4,9	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	2,4	2,7	2,7
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp. urb.	3,1	3,4	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	5,7	5,4	5,2
SERVIÇOS	66,2	68,5	67,8	67,7	69,1	69,9	71,2	72,5	73,2	73,2
Comércio	12,5	11,8	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6	13,3	12,9	12,7
Transporte, armazenagem e correio	5,0	5,1	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4	4,3	4,4
Serviços de informação	3,8	3,7	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,2	3,2
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e Serv. Relac.	6,8	7,3	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4	7,1	8,2	7,9
Outros Serviços	14,1	15,1	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3	9,7	9,7	9,7
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,2	8,4	15,7	15,9	16,5	16,9	17,4	17,4	17,3	17,7
Adm., saúde e educação públicas	15,8	17,0	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4	17,2	17,5	17,6
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0									
Impostos sobre Produtos	17,5	16,2	17,7	17,6	17,6	17,1	16,2	16,3	15,7	16,1
PIB a Preços de Mercado	117,5	116,2	117,7	117,6	117,6	117,1	116,2	116,3	115,7	116,1

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 15/03/2018)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Consumo das famílias	59,7	62,0	60,2	60,3	61,4	61,7	63,0	64,0	64,0	63,4
Consumo do governo	18,8	19,7	19,0	18,7	18,5	18,9	19,2	19,8	20,2	20,0
FBCF+variação de Estoques	21,6	18,8	21,8	21,8	21,4	21,7	20,5	17,4	16,1	15,6
Exportações de bens e serviços	13,5	10,9	10,7	11,5	11,7	11,6	11,0	12,9	12,5	12,6
Importações de bens e serviços	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,1)	(13,9)	(13,7)	(14,1)	(12,1)	(11,6)
PIB a preços de mercado	100,0									

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 15/03/2018)

2. MERCADO DE TRABALHO

2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro

Dentre os indicadores do mercado de trabalho está a “criação de empregos” que, no Brasil, corresponde ao número de empregados admitidos menos os demitidos, fornecido pelo CAGED/MTE-Ministério do Trabalho e Emprego.

A criação de empregos no Brasil em 2018 / 1.º trimestre, melhorou em relação ao mesmo período de 2017: a Indústria criou 99.813 vagas, tendo o maior crescimento no ramo de Transformação: 76.273 vagas; Serviços criou 109.222 vagas, sendo a maioria em ‘outros serviços’: 175.670 vagas mas o comércio reduziu vagas: -79.362; a Agropecuária caiu 4.971 vagas. O total do CAGED no trimestre foi 204.064 vagas,

As categorias de mercados, em abordagem macroeconômica, correspondem aos segmentos: 1) mercado de bens e serviços, onde ocorrem a produção, a demanda e a oferta; 2) mercado monetário-financeiro: oferta e demanda de moeda; 3) mercado de crédito: empréstimos a pessoas físicas e jurídicas; 4) mercado de capitais: ações e bolsa de valores; 5) mercado externo: exportações e importações; 6) mercado de trabalho: oferta e demanda de mão-de-obra, emprego e utilização da força de trabalho; 7) mercado cambial: oferta e demanda de divisas.

Devido à sazonalidade, dezembro gera poucos empregos na Indústria de Transformação, pois encomendas do varejo para o final do ano: Black Friday e Natal ocorrem preferencialmente em agosto/outubro. Todavia, para o mercado externo, via exportações, não ocorre queda substancial na indústria de Transformação, podendo manter empregos. A sazonalidade também reduz empregos no 1.º tri., período em que Indústria e Comércio avaliam tendências da economia para o restante do ano e daí restringindo empregos em relação aos demais meses.

O Comércio tradicionalmente gera mais vagas temporárias no final de ano (e datas comemorativas) e demite pouco nesses períodos, até como estratégia de atendimento da demanda mais aquecida no período. Na verdade, a recessão em 2015/2016, contribuiu para conter ou adiar investimentos no biênio, em um ambiente de incertezas, que restringiu empregos e consumo.

As perspectivas economia brasileira para 2018, após 2017, apontam inversão de tendência, especialmente pela queda da inflação e redução dos juros e aumento do PIB em 2017/18.

TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Setor	2013	2014	2015	2016	2017	2018 Jan-Mar
INDÚSTRIA	244.446	-267.816	-1.048.250	-705.780	-134.293	99.813
Extrativa Mineral	2.680	-2.348	-14.039	-11.888	-5.868	328
Transformação	126.359	-163.817	-608.878	-322.526	-19.900	76.273
Serviços Industriais de Utilidade Pública	8.383	4.825	-8.374	-12.687	-4.557	2.003
Construção Civil	107.024	-106.476	-416.959	-358.679	-103.968	21.209
SERVIÇOS	870.853	665.179	-503.942	-603.125	76.457	109.222
Comércio	301.095	180.814	-218.650	-204.373	40.087	-79.362
Administração Pública	22.841	8.257	-9.238	-8.643	-575	12.914
Outros Serviços (*)	546.917	476.108	-276.054	-390.109	36.945	175.670
AGROPECUÁRIA	1.872	-370	9.821	-13.089	37.004	-4.971
TOTAL	1.117.171	396.993	-1.542.371	-1.321.994	-20.832	204.064

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 25/04/2018)

(*) **Outros Serviços** conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino. (*) CAGED

2. MERCADO DE TRABALHO**2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

O total de empregos criados no Paraná (CAGED) no 1.º trimestre/ 2018 foi superior ao do mesmo período do ano anterior e também ao total do ano anterior. Os setores/ramos que mais criaram empregos no Paraná no 1.º trimestre foram: a) Outros Serviços: 15.495 vagas e b) a Indústria: 12.182 vagas. O que gerou menos empregos foi o comércio varejista: -4.162 vagas. Os dados verificados sinalizam uma melhora para a economia do Estado, indicando uma recuperação em relação ao verificado em 2017.

No biênio 2015/2016, os empregos criados no Paraná foram negativos, situação inversa à ocorrida de 2008 a 2014, quando houve em alguns ramos uma demanda de mão-de-obra acima da oferta. Até meados de 2014, foi comum o trabalhador optar pelo emprego em função da melhor remuneração e benefícios paralelos como: assistência-saúde, vale-alimentação e transporte.

Há uma expectativa dos agentes econômicos de crescimento da economia em 2018 em relação ao verificado em 2017. Verifica-se a existência de espaço para esse crescimento, especialmente considerando as inter-relações do agronegócio na economia do Estado e os decorrentes efeitos multiplicadores.

TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
2009	21.264	18.572	4.183	2.069	27.377	-4.381	69.084
2010	41.527	33.831	5.159	340	53.125	-2.375	131.607
2011	36.721	26.672	6.597	1.876	51.557	493	123.916
2012	41.809	26.864	5.910	1.573	50.357	6.110	132.623
2013	18.711	22.254	5.881	2.112	39.196	2.195	90.349
2014	-4.969	9.779	3.728	586	32.050	-162	41.012
2015	-62.118	-13.526	482	162	-4.659	2.516	-77.143
2016	-33.134	-8.059	247	-137	-11.826	-1.500	-54.409
2017	-402	1.869	2.030	-39	7.752	917	12.127
Mar	1.403	-1.068	-159	156	783	11	1.126
Abr	2.685	1.624	-137	171	2.485	-86	6.742
Mai	1.897	-143	-48	177	57	439	2.379
Jun	-2.728	-782	-396	-43	-59	447	-3.561
Jul	17	-45	147	-181	772	249	959
Ago	501	585	124	-324	432	-138	1.180
Set	2.373	1.406	472	170	-767	-853	2.801
Out	592	2.338	536	-32	1.381	-66	4.749
Nov	-1.632	3.042	156	-50	218	-301	1.433
Dez	-14.461	-1.208	-712	-442	-7.471	-709	-25.003
2018	12.182	-4.162	2.246	74	15.495	182	26.017
Jan	7.017	-2.052	891	43	5.438	300	11.637
Fev	1.996	-1.860	1.045	122	6.115	285	7.703
Mar	2.716	-109	277	-13	4.059	-416	6.514

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 25/04/2018)- Valores sujeitos à alterações.

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(**) A diferença entre a somatória total anual e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.3. Taxa de desocupação**

Houve crescimento da "taxa de desocupação" do 1.º trimestre/2018 quando comparado aos 3(três) trimestres anteriores (desde o 2.º tri/2017), conforme Tabela 10.1(*), atingindo 13.700.000 desocupados. O índice PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios é utilizado para cálculo da Taxa de Desocupação, conceito mais amplo que a taxa de desemprego e que contempla um número maior de cidades.

A PNAD do 1.º trimestre/2018 atingiu 13,1%, maior que os três trimestres anteriores, cujos valores atingiram, respectivamente, 13,0%; 12,4% e 11,8%.

No Paraná, a taxa de desocupação desde 2015 tem sido menor que a brasileira (até 4.º trimestre de 2017). No entanto, a desocupação no Paraná, comparada à da região Sul desde 2015, até 4.º trimestre de 2017, superou a da região Sul. A destacar, a menor desocupação em Santa Catarina.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO		
Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
2015	6,8	--

TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO				
Período	Taxa de Desocupação Variação %			Desocupados (em milhares)
	Brasil	Sul	Paraná	Brasil
2014	6,80	4,10	4,00	6.452
2015 1º Tri	7,94	5,10	5,30	7.934
2º Tri	8,31	5,52	6,20	8.354
3º Tri	8,88	5,99	6,10	8.979
4º Tri	8,96	5,70	5,80	9.073
2015	8,52	5,58	5,90	8.585
2016 1º Tri	10,90	4,75	8,10	11.089
2º Tri	11,30	5,17	8,20	11.586
3º Tri	11,80	5,04	8,50	12.022
4º Tri	12,00	4,94	8,10	12.342
2016	11,50	5,00	8,20	11.760
2017 1º Tri	13,70	9,29	10,30	14.176
2º Tri	13,00	8,40	8,90	13.486
3º Tri	12,40	7,9	8,5	12.961
4º Tri	11,80	7,7	8,3	12.311
2017	12,70	8,3	9,0	13.234
2018 1º Tri	13,1	--	--	13.700

(*) A seguir, detalhes sobre os conceitos utilizados na Tabela 10.1.

-Taxa de desocupação: Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, $[\text{Desocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$.

-Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

-Pessoas na força de trabalho: As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas no período.

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - mensal) - (Consulta em 27/04/2018).
RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 27/04/2018)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67
2017	937,00	6,48	286,29	3,273	1/1/2017	6,29
2018	954,00	1,81	291,82	3,269	1/1/2018	2,95

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 05/01/2018)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, passando a vigorar desde então. O país foi então dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. (Consulta em 05/01/2018).

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.2. Salário Mínimo no Paraná

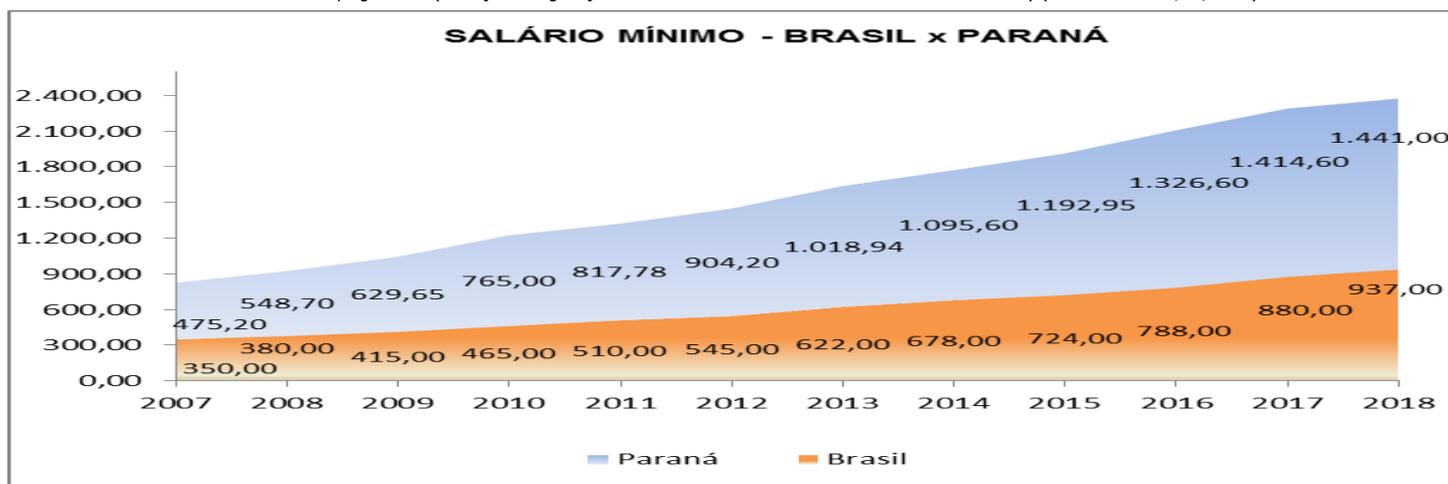
O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei 15.118 de 2006; b) Lei 15.486 de 2007; c) Lei 15.826 de 2008; d) Lei 16.099 de 2009; e) Lei 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015; k) Decreto Lei 18766 de 01 de Maio de 2016; l) Decreto n.º 6638 de 12 de abril de 2017; M) Decreto Lei 8.865 de 28 de Fevereiro de 2018. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados tem sido superiores aos valores do mínimo do governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2015	8,17
2016	1.326,60	11,20	384,52	3,450	1/5/2016	9,39
2017	1.414,60	6,63	446,25	3,170	1/5/2017	4,57
2018	1.441,00	1,87	442,02	3,260	1/3/2018	2,86

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 6638 de 12 de Abril de 2017) (Consulta em 01/03/2018).



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA de Abril a Maio)

GRUPO I – R\$ 1.247,40 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO II – R\$ 1.293,60 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III – R\$ 1.339,80 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV – R\$ 1.441,00 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas; 2) habitação; 3) artigos de residência;
- 4) vestuário; 5) transportes; 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais; 8) educação; 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

2.º) IPC: inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC ⁽²⁾	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.3. Taxa de Inflação

A inflação em março de 2018 (0,09%) foi menor que a do mesmo mês de 2017 (0,25%) e inferior ao acumulado de 2017(jan./mar.): 0,70% contra 0,96%. Em 2017, a inflação foi menor que a de 2016: 2,95% contra 6,29%, abaixo da meta do BC para 2017: 4,5%. Em dezembro/2017, a inflação foi a maior do ano: 0,44%, em parte influenciada pelo maior volume de moeda em circulação. Os números de 2017 surgem na sequência da queda mensal ocorrida desde agosto/2016. Importante: a inflação de 2016: 6,29%, bem inferior à de 2015 (10,67%) e abaixo do limite superior da meta inflacionária de 2016: 6,50%, indicam início de inversão da tendência em relação a 2015. A mencionar: nos meses do 4.º trimestre de 2016, a inflação foi sensivelmente menor que igual período de 2015. Em junho/2017 a inflação foi negativa, refletindo o elo entre: desemprego, e quedas na demanda e no poder de compra no período.

Com reflexos em 2018, estão as mudanças na política econômica em 2017, que tiveram como componentes principais: redução da taxa de juros, e oferta agrícola excepcional que permitiu queda dos preços desse segmento, e também o aumento do PIB (1,0%). Ademais, o grande número de desocupados (sem emprego) e a ociosidade elevada da capacidade produtiva instalada da indústria, que refletiu nos fatores de produção capital/capacidade instalada mais o emprego, contribuíram igualmente como fatores de contenção dos preços em 2017.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO							
Período	Brasil IPCA (IBGE) (%)			Meta de Inflação (%)	Curitiba IPC (IPARDES) (%)		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2008		5,90		4,5		4,85	
2009		4,31		4,5		3,88	
2010		5,91		4,5		5,09	
2011		6,50		4,5		5,81	
2012		6,20		4,5		5,91	
2013		5,56		4,5		6,17	
2014		6,41		4,5		6,05	
2015		10,67		4,5		10,71	
2016		6,29		4,5		5,40	
2017		2,95		4,5		3,93	
Abr	0,14	1,10	4,08		0,38	1,47	3,34
Mai	0,31	1,42	3,60		-0,09	1,38	2,81
Jun	-0,23	1,18	3,00		-0,22	1,15	2,30
Jul	0,24	1,43	2,71		0,42	1,58	2,08
Ago	0,19	1,62	2,46		0,65	2,24	3,06
Set	0,16	1,78	2,54		0,10	2,33	2,79
Out	0,42	2,21	2,70		0,56	2,90	3,00
Nov	0,28	2,50	2,80		0,25	3,16	2,93
Dez	0,44	2,95	2,95		0,75	3,93	3,93
2018				4,5			
Jan	0,29	0,29	2,86		-0,32	-0,32	2,67
Fev	0,32	0,61	2,84		-0,18	-0,49	2,22
Mar	0,09	0,70	2,68		0,12	-0,37	2,42

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Março)	
Saúde e Cuidados Pessoais	0,48
Vestuário	0,33
Educação	0,28

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Março)	
Rio de Janeiro	0,72
Belém	0,57
Salvador	0,55

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Março)	
Comunicação	-0,33
Transportes	-0,25
Despesas Pessoais	0,05

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Março)	
Fortaleza	0,00
Goiânia	0,07
Porto Alegre	0,08

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Em abril, os juros SELIC do COPOM/BC foram mantidos em 6,50%, menor valor da década. A SELIC, referência para os demais juros no país, é parâmetro para a dívida externa do governo e também para a correção da dívida pública. A taxa atual de 6,50%, no entanto, ainda é um valor alto, considerando que a inflação em cada ano do período 2016 e 2017 foi, respectivamente: 6,29% e 2,95%. A SELIC atual equivale a uma taxa real de juros, sem inflação, próximo a 5,0%, uma taxa elevada quando comparada aos juros de economias desenvolvidas. Constitui indicador importante que poderá influenciar a oferta de crédito a médio prazo, a gestão da dívida pública e auxiliar na melhoria do PIB em 2018. Todavia, para uma economia com muitas desigualdades e diversos desequilíbrios internos, precisando redirecionar aplicações financeiras/especulativas para inversões em capital produtivo, é uma taxa elevada.

Pode ser indicativo do início de nova tendência, para 2018. Até julho de 2015, a política de aumento dos juros do Comitê de Política Monetária-COPOM/ BC, priorizava desaquecimento do consumo, adiamento da demanda e contenção da elevação de preços. Essa terapia, que teve um sucesso relativo num primeiro momento, passou por um esgotamento em função dos fatores paralelos adicionais de contenção. Foi quando se justificou a inversão da política, priorizando queda dos juros, que vigora desde outubro/2016.

O padrão de emprego elevado até 1.º semestre de 2014 fez crescer componentes econômicos como: massa de salários, renda da população ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Todavia, na conjuntura de 2018, justificam-se as inversões pelo esgotamento do modelo anterior.

2015		2016		2017		2018	
Mês	Taxa Selic (%)						
Jan	12,25	Jan	14,25	Jan	13,00	Jan	7,00
Fev	12,25	Fev	14,25	Fev	12,25	Fev	6,75
Mar	12,75	Mar	14,25	Mar	12,25	Mar	6,50
Abr	13,25	Abr	14,25	Abr	11,25	Abr	6,50
Mai	13,25	Mai	14,25	Mai	10,25	Mai	
Jun	13,75	Jun	14,25	Jun	10,25	Jun	
Jul	14,25	Jul	14,25	Jul	9,25	Jul	
Ago	14,25	Ago	14,25	Ago	9,25	Ago	
Set	14,25	Set	14,25	Set	8,25	Set	
Out	14,25	Out	14,00	Out	7,50	Out	
Nov	14,25	Nov	13,75	Nov	7,50	Nov	
Dez	14,25	Dez	13,75	Dez	7,00	Dez	

	2017	2018
Mês	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,6708	0,3994
Fev	0,5304	0,3994
Mar	0,6527	0,3855
Abr	0,5000	0,3715
Mai	0,5768	
Jun	0,5539	
Jul	0,5626	
Ago	0,5512	
Set	0,5000	
Out	0,4690	
Nov	0,4273	
Dez	0,4273	

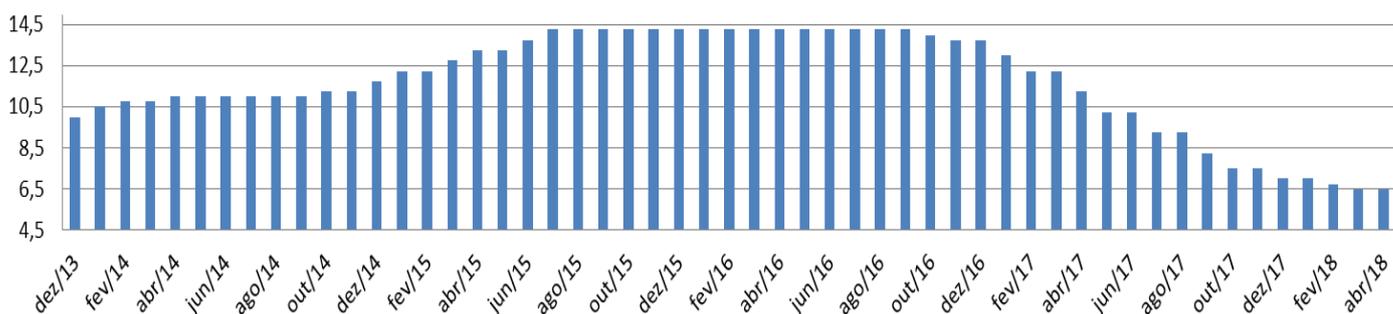
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 25/04/2018)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries Temporais

–Mercados Financeiros e de Capitais –Aplicações Financeiras –Caderneta de Poupança –Rentabilidade no Período) (Consulta: 25/04/2018)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2013 a 2018



6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa manteve crescimento em março/2018: atingiu 85.354 pontos, superando todos os meses anteriores, desde 2010, e com tendência de crescimento. Os valores mensais de 2017, todos, superaram os de 2016. Considerando valores de janeiro/março de 2018 associado aos de cada mês de 2017, tem-se excelente desempenho, pois indicam nova fase do mercado acionário. A grande entrada de dólares na economia brasileira a partir do 4.º trimestre / 2016 contribuiu bastante para a elevação, bem como as mudanças no cenário político após agosto-setembro/2016, que melhoraram o índice BOVESPA. Anteriormente, até 1.º sem./ 2016, as restrições ao índice Bovespa tiveram como causas: 1) procedimentos das empresas no contexto de crise que reduziram respectivo valor de mercado; 2) vigência de políticas governamentais que desestimularam investimentos e levaram à contenção da economia; 3) cenário interno com deterioração de padrões éticos, morais e políticos. Estas variáveis compuseram um quadro recessivo que há muito tempo não ocorria no país. Nesse momento, final de abril/2018 e início de maio, a valorização do dólar poderá refletir no mercado de ações, limitando o seu crescimento.

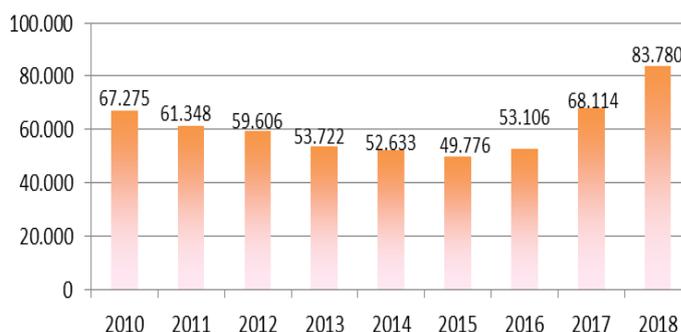
Menciona-se a possível alteração da opção dos investidores para outras aplicações, a partir da anunciada intenção do governo de privatizar algumas empresas públicas e o crescimento da cotação das ações de algumas empresas de capital aberto. A realidade econômica atual ainda limita aplicações imobiliárias e favorece o mercado acionário. A disponibilidade de dólares e liquidez no mercado mundial é alta. Os indicadores da economia brasileira apontam para superação da fase recessiva. Pode ser tida como uma cisão entre variáveis políticas e variáveis econômicas onde, cada vez mais, surge um distanciamento e ampliação da autonomia dessas duas categorias, permitindo aos tomadores de decisões se concentrarem no segmento produtivo. Aplicações no mercado acionário, em geral, não permitem retorno/ lucro no curto prazo, salvo situações excepcionais. Prevalece o potencial de maiores benefícios a médio e longo prazo.

Nesse momento, alguns aspectos da possível conflito de tarifas entre EUA e China A recuperação dos EUA permitiu um afluxo de aplicações naquele país e valorização do dólar. Alguns países desenvolvidos apresentam melhorias nas suas economias. O governo Trump, gera inquietações no contexto mundial, muitas associadas aos conteúdos de seus pronunciamentos.

TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
2009	52.748	-4,66
2010	67.275	27,54
2011	61.348	-8,77
2012	59.606	-2,84
2013	53.722	-9,87
2014	52.632	-2,03
2015	49.776	-5,43
2016	53.106	6,69
2017	68.114	28,26
Mar	65.028	-2,13
Abr	64.469	-0,86
Mai	65.177	1,10
Jun	62.016	-4,85
Jul	64.504	4,01
Ago	64.997	6,67
Set	74.307	8,00
Out	76.116	2,43
Nov	73.358	-3,62
Dez	73.611	0,35
2018	--	--
Jan	81.711	11,00
Fev	84.276	3,14
Mar	85.354	1,28

IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



Fonte: www.bovespa.com.br - (Mercado - Ações - Índices - Índice Bovespa - Estatísticas Históricas - Evolução diária) (Consulta em 25/04/2018)

(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

7. RISCO- PAÍS

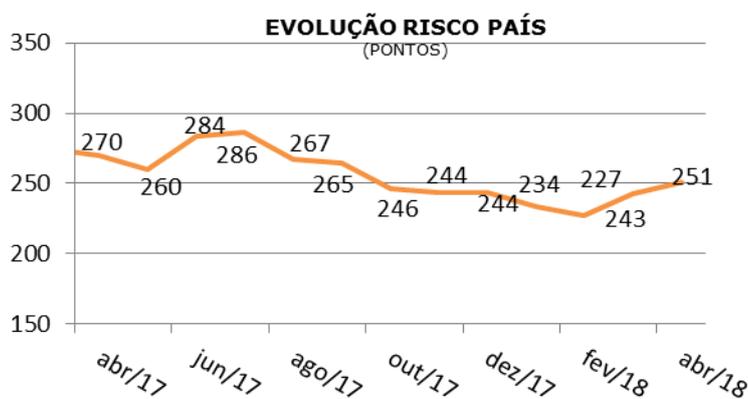
O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco do país não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos. Quanto maior o risco-país, maior a instabilidade econômica do país. O maior valor do risco-país/Brasil foi 2.436 pontos em set/2002, próximo das eleições; o menor foi 136 pontos em jan/2013. Possui características mais conjunturais que estruturais, vinculadas às circunstâncias do momento da mensuração.

O risco-país cresceu em abril (sobre março) /: atingiu 251 pontos. O valor médio de 2017 foi 271 pontos, abaixo dos valores de 2015/ 2016. Quanto menor o risco-país, melhor, indicando tendência de estabilidade da economia. O risco-país do Brasil reflete os efeitos positivos de desempenho da economia, capitaneados pela queda da inflação e redução dos juros/SELIC-BC, desde 2017. Verifica-se consistência crescente dos indicadores econômicos no 1.º quadrimestre, com tendência de melhoria indicando, cada vez mais, distanciamento das questões políticas que, no entanto, não podem ser desconsideradas.

Há um grande espaço a ser percorrido para consolidar ou ampliar melhorias. Fatores importantes que podem contribuir para melhoria do risco-país são: continuidade da redução em 2018 da inflação e dos juros SELIC. Na sequência da "operação lava-jato" e de um novo cenário associado a correções da corrupção e propinas, pode-se esperar um risco-país a refletir uma desejada realidade para 2018. A maior queda do risco-país deu-se a partir de julho/2017.

TABELA 18 – RISCO PAÍS

Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2009	306	8,89
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
2015	336	46,27
2016	392	16,55
2017	271	-30,84
Fev	285	-13,11
Mar	275	-3,51
Abr	270	-1,82
Mai	260	-3,70
Jun	284	9,23
Jul	286	0,70
Ago	267	-6,64
Set	265	-0,75
Out	246	-7,17
Nov	244	-0,81
Dez	244	0,00
2018	--	--
Jan	234	-4,10
Fev	227	-2,99
Mar	243	7,05
Abr	251	3,29



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.
Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 25/04/2018)

8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

A cotação do dólar em março/2018 atingiu R\$ 3,2614. A partir do 2.º tri/2016 as exportações se elevaram com o benefício do cambio favorável às exportações. Neste momento, início de 2018, significa agilização da entrada de US\$ no mercado cambial brasileiro, que permite relativa estabilização do Real-R\$. Mas houve queda na entrada de US\$ associada à vinda de turistas externos, no bimestre ago/set/2017, devido a limitações de segurança no RJ e limitações à maior vinda de turistas no carnaval/2018.

A melhora na economia americana incentivou a valorização cambial entre abril/2015 e junho/2016, estimulado ainda por outras alterações no exterior (melhora em economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe culpa quando se avalia repercussões recentes dos desvios éticos e políticos e surgimento de novas denúncias.

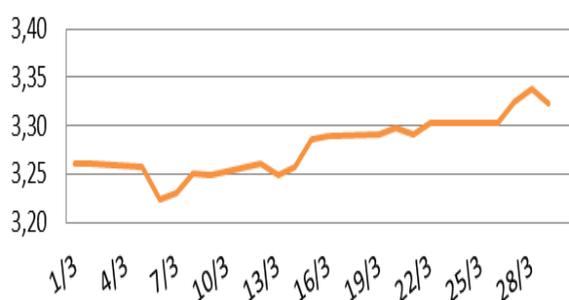
A cotação atual do US\$ favorece exportações, devido combinação de reduções dos custos empresariais e melhoria da economia de países importadores e também, a ocorrência de melhoria de qualidade de bens exportados pelo Brasil. Todavia, a ser viabilizado ainda a necessária elevação da participação de produtos exportados pelo Brasil e detentores de maior intensidade tecnológica em termos de inovações e modernização, possuidores de maior valor agregado. A demanda final de bens importados pelo Brasil já chegou a 25% do total da demanda interna.

De forma excepcional, o dólar poderá atingir maior valor, a depender dos efeitos da possível "guerra comercial" entre EUA e China. Essa possível ocorrência poderá afetar cotação internacional de produtos brasileiros e também da China e EUA.

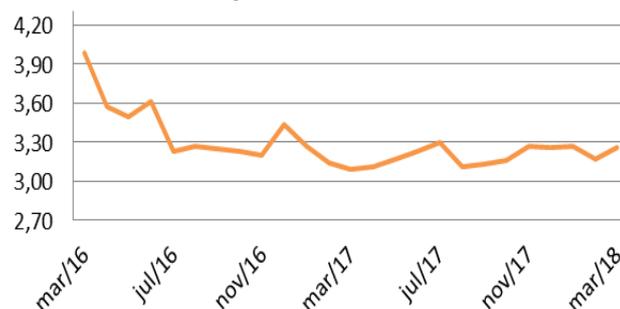
TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)

Período	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Jan	2,0415	2,3969	2,6923	4,0380	3,2723	3,2691
Fev	1,9838	2,4084	2,6888	3,9979	3,1473	3,1724
Mar	1,9843	2,3234	2,8649	3,9907	3,0897	3,2614
Abr	2,0180	2,2614	3,1549	3,5793	3,1161	
Mai	2,0089	2,2215	3,0748	3,4985	3,1718	
Jun	2,1349	2,2634	3,1783	3,6120	3,2301	
Jul	2,2292	2,2048	3,1185	3,2292	3,3009	
Ago	2,2908	2,2600	3,4419	3,2656	3,1154	
Set	2,3637	2,2515	3,6719	3,2466	3,1327	
Out	2,2118	2,4617	3,9788	3,2332	3,1636	
Nov	2,2462	2,4833	3,8120	3,2047	3,2730	
Dez	2,3443	2,5618	3,8739	3,4356	3,2630	

Evolução do Dólar- Março 2018



Evolução do Dólar - 2016 a 2018



Fonte: www.bc.gov.br – (Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de câmbio – Cotações e boletins) (Consulta em 25/04/2018)
 (*) Cotações com base no valor de compra do dólar no primeiro dia útil do mês, conforme Banco Central.

II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

9.1. DESEMPENHO EM FEVEREIRO DE 2018

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa da FECOMÉRCIO-PR sobre o desempenho do varejo no Estado do Paraná em fevereiro de 2018, apresentou os seguintes resultados: a) em relação mês anterior (fevereiro comparado a janeiro) teve queda de 10,25%; b) em relação ao mesmo mês do ano anterior (fevereiro/2018 comparado a fevereiro/2017) aumentou 4,75%; c) no acumulado do ano (jan/fev 2017 comparado a jan/fev2017) aumentou 4,04%. O melhor desempenho nas comparações com o ano anterior endossam a obtenção da melhoria recente em relação ao verificado em 2017.

A quantidade de dias úteis no mês de fevereiro é menor que a de janeiro. Ademais, o bimestre janeiro/fevereiro, pelos aspectos da sazonalidade do período (férias escolares, carnaval, intensificação do deslocamento de consumidores para outros centros: turismo interno e externo, com a realocação de um percentual das despesas) contém especificidades que fazem com que este período apresente padrões de gastos dos consumidores que o diferenciam em comparação com os demais meses do ano.

A ocorrência de aumento das vendas no Paraná em dois indicadores de comparação em 2018: a) mesmo mês do ano anterior e b) acumulado do ano, com percentuais positivos nos polos interioranos (mais do que a RMC) podem ser atribuídos: ao crescimento do agronegócio, ao aquecimento típico associado ao turismo no período (Foz do Iguaçu), ao impacto positivo do eixo rodoferroviário de Ponta Grossa. Acrescente-se a esses fatores a melhoria das expectativas dos empresários do comércio e os componentes psicológicos positivos também importantes vigentes em janeiro/fevereiro-2018, relacionados a aumento do emprego, expectativas de elevação do PIB em 2018, consolidação das contas de comércio exterior, estabilização de preços, queda dos juros do Banco Central (SELIC).

Até o período janeiro/fevereiro-2018 prevaleciam ainda indicadores de ampliação do distanciamento da estrutura do sistema de produção em relação a variáveis associadas ao ambiente político interno. Os empresários e as respectivas atuações sinalizavam a vigência de uma autonomia importante para a superação das limitações econômicas anteriores. Porém, decisões políticas de grande impacto social, como a reforma da Previdência podem influenciar variáveis macroeconômicas, como a taxa Selic, a taxa de câmbio e inflação, o que causaria oscilações na percepção de risco e expectativa dos empresários.

Somado ao resultado positivo em 2017 do varejo tradicional no Paraná, cumpre destacar a expansão das vendas pelo comércio eletrônico, o e-commerce, em janeiro/fevereiro-2018, ainda não mensurado pelas pesquisas tradicionais do varejo como a do IBGE. O e-commerce vem crescendo mais rápido que as outras vendas.

Dias úteis de abertura e funcionamento do comercio			
2018	Fevereiro: 22	Janeiro: 26	Dezembro: 25
2017	Fevereiro: 22	Janeiro: 26	Dezembro: 27

2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Janeiro consta a seguir.

TABELA 20 A – VARIÇÃO DAS VENDAS JANEIRO DE 2018							
Varição das Vendas: JANEIRO 2018 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-14,47	-18,96	-18,97	-16,13	-20,33	-9,25	-16,34
2. Mesmo mês ano anterior	-0,90	5,18	3,23	17,75	1,70	7,52	3,51
3. Acumuladas no ano	-0,90	5,18	3,23	17,75	1,70	7,52	3,51

Uma síntese das vendas de Fevereiro consta a seguir.

TABELA 20 B – VARIÇÃO DAS VENDAS EM FEVEREIRO DE 2018							
Varição das Vendas: FEVEREIRO 2018 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-13,10	-8,77	-5,52	-7,26	-4,46	-13,03	-10,25
2. Mesmo mês ano anterior	-0,14	8,72	3,69	17,29	0,55	8,13	4,75
3. Acumuladas no ano	-0,56	6,84	3,27	17,31	1,15	7,81	4,04

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

3. DESTAQUES NO PARANÁ EM FEVEREIRO DE 2018:

3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2017 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Fev 2018) (%)	
1. Calçados	13,99	1. Concessionárias de veículos	32,25	1. Concessionárias de veículos	28,16
2. Mat. de construção	-2,29	2. Mat. de construção	12,55	2. Lojas de departamentos	13,89
3. Super e hipermercados	-2,74	3. Lojas de departamentos	4,61	3. Mat. de Construção	5,52
4. Farmácias e Drogarias	-4,12	4. Super e hipermercados	-0,01	4. Super e hipermercados	1,23
5. Combustíveis	-5,80	5. Móveis, dec. e útil. dom.	-0,45	5. Farmácias e Drogarias	-1,05

3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2017 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Fev 2018) (%)	
1. Lojas de departamentos	-25,46	1. Auto peças	-15,11	1. Combustíveis	-7,77
2. Móveis, dec. e útil. dom.	-22,20	2. Liv. e papelerias	-8,81	2. Móveis dec. e util. dom.	-6,41
3. Auto peças	-18,35	3. Combustíveis	-8,09	3. Auto peças	-6,31
4. Liv. e papelerias	-18,21	4. Vestuário e tecidos	-7,59	4. Óticas e Cine-foto-som	-5,47
5. Concessionárias de veículos	-17,21	5. Óticas e cine-foto-som	-7,17	5. Liv. e papelerias	-5,47

3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2018 (acumulado Jan-Fev 2018)

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
Maior crescimento	Loja de departamentos 28,29	Concessionárias de veículos 29,45	Combustíveis 31,99	Concessionárias de veículos 72,84	Calçados 54,16	Concessionárias de veículos 20,50
Menor crescimento	Combustíveis -21,08	Calçados -8,04	Auto peças -26,79	Loja de departamentos -15,96	Combustíveis -12,05	Óticas e Cine-foto-som -23,28

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ

As vendas em fevereiro apresentaram resultados conforme o esperado. Tradicionalmente, fevereiro apresenta vendas menores do que janeiro, por fatores sazonais; por outro lado, fevereiro apresentou resultados melhores do que o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o 1.º bimestre de 2018 superou o mesmo período de 2017, devido a predominância de um novo contexto econômico.

O destaque em fevereiro foi o resultado das concessionárias de veículos, que cresceram 28,16% no Estado, puxado pelo desempenho da região Oeste (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon), que atingiu um crescimento de 72,84%. Os motivos são principalmente veículos e modelos novos e maior disponibilidade de crédito. Já no interior, as vendas foram impulsionadas pelo agronegócio: safra de 2017 e boas expectativas para 2018, elevação do crédito rural, e a combinação entre turismo (Foz do Iguaçu) e desempenho do eixo rododiferroviário em Ponta Grossa.

A melhoria do varejo e da economia paranaense em 2017 permitiu reflexos positivos no 1.º bimestre de 2018, que segue a mesma tendência do ano anterior com resultados robustos para o varejo do Paraná. Permanecem no 1.º bimestre de 2018^a continuidade de variáveis que vem impulsionando a economia paranaense, tais como:

- a)** aumento dos empregos criados no Estado (admissões menos demissões),
- b)** maior participação do PIB estadual no PIB nacional;
- c)** superávits das contas externas do PR: exportações, importações, balança comercial e corrente de comércio, destacando: montadoras; tratores; congelados/ frigorificados; madeira, papel e celulose; café solúvel; soja; milho em grão; açúcar. O comércio interno também se beneficiou.
- d)** quedas da inflação e juros SELIC permitiram maior poder de compra, elevando capacidade de consumo das famílias e contribuíram para expandir o varejo;
- e)** redução da inadimplência no Estado, e renegociações entre lojistas e consumidores;
- f)** o último trimestre do ano foi mais aquecido que os anteriores, devido fatores específicos que seguem influenciando a economia no 1.º bimestre de 2018;
- g)** existe ainda no Paraná, grande produtor agrícola, o efeito indutor das feiras, exposições e shows rurais que movimentam e aquecem a economia do Estado, como Show Rural Coopavel, ocorrido em fevereiro em Cascavel.

5. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO COMÉRCIO

O primeiro bimestre de 2018 começa se beneficiando da herança econômica positiva de 2017, devido a fatores como:

- a)** superávit da balança comercial e crescimento da corrente de comércio;
- b)** elevação das Reservas Cambiais/estoque de divisas no Banco Central;
- c)** entrada de Investimento Estrangeiro Direto-IED, elevando oferta interna de US\$, ou via privatizações, ou ampliação do capital externo em empresas nacionais, ou pelas vantagens comparativas (até cambiais) que beneficiam investidores do exterior;
- d)** controle da Dívida Externa, que permite efeitos multiplicadores sobre o varejo;
- e)** maior oferta de dólares no mercado mundial, importante para estabilidade cambial;
- f)** crescimento médio mensal do índice BOVESPA, pelo menos no primeiro semestre de 2018;
- g)** redução do Risco-país abaixo de 300 pontos, indicando redução da média anual para o equivalente ao período 2010-2014. Se menor o risco-país, maior a confiança dos investidores, quanto a capacidade de pagamento das dívidas pelo país devedor;

Esses indicadores afetam positivamente as expectativas do consumidor e do empresário, somados às quedas da inflação e da taxa de juros SELIC/BC. A interação desses indicadores possibilita efeitos multiplicadores positivos sobre outros segmentos como: empregos, massa de salários, poder de compra e consumo agregado, aquecendo vendas do varejo. Sustentando assim a estimativa do Banco Central de um crescimento para o PIB de 2018 entre 2,5% e 3,0%.

Porém, ainda prevalecem dificuldades recentes nas contas do setor público nos três níveis de governo que acabam restringindo o Consumo do Governo e Formação de Capital Fixo, ou afetam o Consumo de Famílias em regiões com atrasos nos pagamentos salariais. Não se descarta a possibilidade de instabilidade econômica em decorrência das eleições ou a fatores externos.

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ**TABELA 21 – VENDAS EM JANEIRO DE 2018 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (DEZEMBRO DE 2017)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-21,53	-15,44	-7,13	-6,33	-0,77	-18,92
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-21,95	-28,81	-4,28	-26,78	14,61	-39,70
3. Autopeças e Acessórios	-18,90	--	-5,77	-17,68	-2,13	-19,87
4. Materiais de Construção	-5,90	3,36	-12,62	-4,13	-2,53	49,80
5. Lojas de Departamentos	-20,32	-42,24	-33,36	-15,82	-19,11	-38,88
6. Supermercados	-3,49	-2,16	-1,78	-1,90	-0,58	0,40

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

TABELA 22 – VENDAS EM JANEIRO DE 2018 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (JANEIRO DE 2017)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	23,38	36,51	29,87	66,69	37,05	22,36
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-1,05	-6,68	14,16	3,12	-15,01	-15,12
3. Autopeças e Acessórios	-16,35	--	-29,66	-1,10	0,82	9,06
4. Materiais de Construção	2,41	8,60	6,36	40,47	0,47	16,71
5. Lojas de Departamentos	21,62	-15,30	15,71	-17,93	30,24	-11,90
6. Supermercados	-1,01	-0,88	5,01	1,01	-1,63	-1,78

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2018 (Jan-Jan) COMPARADAS A (Jan-Jan) DE 2017

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	19,92	29,45	24,84	72,84	24,20	20,50
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-9,17	-5,80	7,20	11,17	-9,67	-12,91
3. Autopeças e Acessórios	-8,40	--	-26,79	3,86	-2,37	10,80
4. Materiais de Construção	-4,04	0,54	0,86	34,35	1,92	6,11
5. Lojas de Departamentos	28,29	5,98	31,78	-15,96	35,30	6,80
6. Supermercados	0,72	-0,38	4,76	1,69	-0,22	-0,81

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR
(Variação em Relação ao Mês Anterior)**

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
2016	--	--	--	--	--	--	--
Out	6,43	-0,08	5,07	-0,93	2,66	13,36	3,48
Nov	9,69	-0,92	3,09	4,16	-0,09	-10,55	4,93
Dez	10,58	18,25	24,76	14,75	22,20	33,01	15,21
2017	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-16,70	-11,81	-25,96	-20,42	-19,54	-20,63	-17,28
Fev	-12,26	-12,24	-5,64	-9,34	-3,98	-11,63	-10,92
Mar	15,30	13,62	11,85	21,95	15,12	27,86	15,49
Abr	-5,72	-1,86	-7,20	-11,65	-5,25	-21,12	-5,88
Mai	3,69	9,33	6,99	7,06	1,69	12,40	5,96
Jun	-7,18	-5,35	0,02	4,86	-4,66	-1,55	-4,23
Jul	5,07	-2,71	-0,97	5,71	4,03	9,95	2,50
Ago	-1,86	-1,18	2,39	-0,15	-0,48	6,78	-0,88
Set	-7,33	-0,45	-6,72	1,28	-2,16	-17,48	-4,30
Out	2,99	-6,51	1,53	-4,62	0,43	8,98	-0,68
Nov	4,78	2,17	2,81	5,05	0,88	1,57	3,85
Dez	5,05	17,21	23,68	13,58	24,63	16,91	11,77
2018	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-14,47	-18,96	-18,97	-16,13	-20,33	-9,25	-16,34
Fev	-13,10	-8,77	-5,52	-7,26	-4,46	-13,03	-10,25

(Variação Acumulada no Ano %)

Jan – Jan/18 Sobre Jan – Jan/17	-0,56	6,84	3,27	17,31	1,15	7,81	4,04
---------------------------------------	-------	------	------	-------	------	------	------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 10/04/2018)

10. OUTROS INDICADORES RELATIVOS AO COMÉRCIO E CONSUMIDORES**10.1 Sondagem do Comércio/FGV****a) Índice de Confiança**

Em Abril de 2018 o índice de confiança apresentou queda significativa em relação a março de 2018. Caiu de 11,8 em Março para 8,0 em Abril.

b) Índice de expectativas

O índice de expectativa continua a sequencia de queda vigente no ano. O índice caiu de 4,9 em março, para 3,9 em abril.

10.2. Sondagem do Consumidor / FGV**a) Índice de confiança**

O índice de confiança voltou a cair, após leve alta em relação a março, caindo de 7,7 em março para 6,6 em abril.

b) Índice de Expectativas

O índice de expectativas retomou a tendência de queda, saindo de 7,7 em março para 6,2 em abril.

10.3 Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) / CNC (escala: 0 a 200)

a) Em escala de 0 a 200, o índice se manteve em 114,5 em abril. O índice acima de 100 indica otimismo por parte do empresário, que vem se consolidando desde agosto de 2017.

10.4 Intenção de Consumo das Famílias (ICF) / CNC (escala 0 a 200)

a) Em março, atingiu 88,0. O índice abaixo de 100 indica pessimismo ou falta de confiança do consumidor, porém, desde outubro de 2017 o índice vem subindo significativamente.

TABELA 25 – Índices Sondagem COMÉRCIO FGV

Meses	Índice de Confiança	Índice de Expectativas
Out/17	12,0	8,7
Nov/17	13,6	9,6
Dez/17	15,2	11,7
Jan/18	14,1	10,6
Fev/18	11,7	6,2
Mar/18	11,8	4,9
Abr/18	8,0	3,9

TABELA 26 – Índices Sondagem CONSUMIDOR FGV

Meses	Índice de Confiança	Índice de Expectativas
Out/17	3,8	3,1
Nov/17	8,6	10,0
Dez/17	13,6	16,5
Jan/18	8,9	9,3
Fev/18	6,5	7,2
Mar/18	7,7	7,7
Abr/18	6,6	6,2

Diferença sobre o mesmo período do ano anterior (em pontos) – série original

Fonte: <http://portalibre.fgv.br/> (acesso em 27/04/2018)

TABELA 27 – Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Out/17	107,2
Nov/17	109,3
Dez/17	109,2
Jan/18	110,1
Fev/18	113,2
Mar/18	114,5
Abr/18	114,5

TABELA 28 – Intenção de consumo das Famílias (ICF - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Set/17	76,8
Out/17	77,9
Nov/17	80,2
Dez/17	81,7
Jan/18	83,6
Fev/18	87,1
Mar/18	88,0

Fonte: www.cnc.org.br (acesso em 27/04/2018)

Dados da tabela 28 disponíveis somente até março (consulta em 07/05/2018)

11. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

O bimestre janeiro/fevereiro 2018 apresentou bom desempenho: criação de quase 6.300 empresas. Considerando o período iniciado em 2006, o ano o que apresentou o menor número de empresas abertas no Paraná foi 2016, que demonstra a contenção da atividade econômica no Estado, como reflexo do quadro restritivo brasileiro, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2016.

Em 2017, a abertura superou 2016. A continuidade do crescimento em 2018 sobre 2017 e 2016 deverá ser mantida, considerando conjuntura econômica atual, que sinaliza início de superação da crise econômica recessiva anterior e as perspectivas de recuperação.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais as expectativas para o ano seguinte. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, predominam as micros e pequenas.

TABELA 29 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2009	21.672	0	33.327	776	202	46	56.023
2010	20.843	0	32.988	752	280	91	54.954
2011	21.927	0	33.074	1.049	195	80	56.325
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	206	69	45.721
2015	27.347	7.975	28.897	753	186	40	65.198
2016	14.380	6.465	18.151	317	146	30	39.489
2017	15.894	7.738	18.966	426	146	34	43.204
Jan	1.123	472	1.255	29	8	1	2.888
Fev	1.374	584	1.423	29	5	2	3.417
Mar	1.657	705	1.791	31	7	1	4.192
Abr	1.145	545	1.380	26	8	1	3.105
Mai	1.496	676	1.681	24	8	2	3.887
Jun	1.428	667	1.590	33	9	5	3.732
Jul	1.410	695	1.697	38	11	5	3.856
Ago	1.611	811	2.037	44	30	1	4.534
Set	1.319	713	1.628	22	14	5	3.701
Out	1.319	744	1.790	37	12	3	3.905
Nov	1.158	613	1.527	52	19	4	3.373
Dez	854	513	1.167	61	15	4	2.614
2018	2.236	1.166	2.799	54	21	8	6.284
Jan	951	541	1.351	25	11	2	2.881
Fev	1.285	625	1.448	29	10	6	3.403

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 27/03/2018)
Dados da tabela 29 disponíveis somente até fevereiro (consulta em 07/05/2018)

- (1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)
(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

12. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

Em março de 2018, o índice de falências quase duplicou em relação ao mês anterior: de 64 subiu para 127. Também superou o valor referente ao mesmo mês do ano anterior (que foi 96). O índice de falências tende a refletir características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam agentes econômicos, consumidores e respectiva capacidade de regularização /quitação de dívidas anteriores. É também indicador importante do sucesso (ou não) das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar ainda que o comércio vem adotando precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, bem como adotando renegociações com devedores visando reduzir inadimplências.

Em 2017, o índice de falências no Brasil foi 77, o maior desde 2010. A destacar que nos anos de 2015 e 2016 ocorreram as maiores quedas recentes do PIB do país, respectivamente, -3,5% e -3,5%, ambos negativos, indicando que o desempenho das empresas em relação a este indicador, está vinculado e dependente de um conjunto de variáveis de âmbito econômico, mas também políticas e éticas, que predominaram no período na conjuntura brasileira.

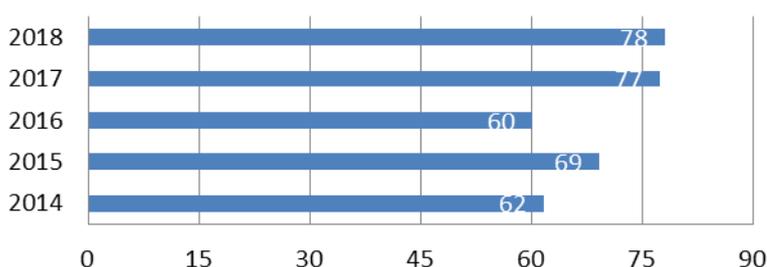
Os índices de julho a outubro/ 2017 (mesmo com liberação de saldos de contas inativas do FGTS) apresentam, de um lado, reflexos do maior endividamento do consumidor, mas também podem expressar acúmulo de dificuldades não superadas pelo comércio, principalmente lojas ou redes de grande porte, algumas delas localizadas em regiões ou estados nos quais ocorreu adiamento no pagamento de remunerações, salários e serviços pelo setor público: governos estaduais ou até mesmo no âmbito das prefeituras.

As variáveis políticas do último quadrimestre de 2017 demonstraram menor influência que os fatores vinculados à economia. Abre perspectivas para início de melhoria do ambiente econômico. Os novos padrões das taxas de juros e da inflação servem de embasamento a mudanças. O consumo privado/das famílias, aponta crescimento, conforme referências importantes disponíveis. A indústria de transformação começa a apresentar em 2018 crescimento e desempenho positivo em diversos ramos, o que endossa a ocorrência de melhoria do poder de compra e do emprego..

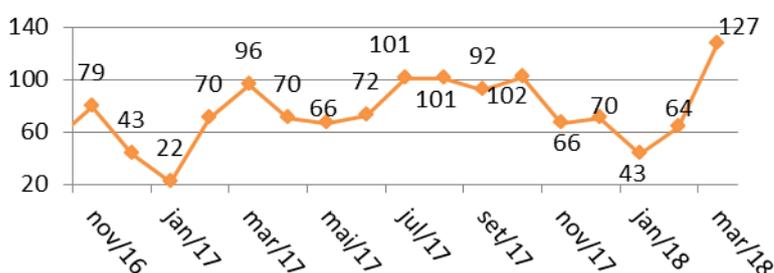
TABELA 30 – FALÊNCIAS NO BRASIL

Período	Índice
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
2016	60
2017	77
Mar	96
Abr	70
Mai	66
Jun	72
Jul	101
Ago	101
Set	92
Out	102
Nov	66
Dez	70
2018	--
Jan	43
Fev	64
Mar	127

FALÊNCIAS NO BRASIL
(Índice médio anual)



EVOLUÇÃO DAS FALÊNCIAS NO BRASIL



13. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA**13.1. Demanda de Crédito**

A demanda de crédito em março/2018 (142,9), cresceu bastante comparada a fevereiro (126,3). A ocorrência de **elevação** da **demand**a de crédito pode indicar, dentre outros aspectos: esgotamento da capacidade de endividamento (ou pagamento) do consumidor; maior dependência de financiamentos para efetivar consumo; quedas na renda, emprego e poder de compra; dificuldade em regularizar empréstimos; incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego; além de expectativas negativas para o futuro. Por outro lado, a ocorrência de **queda na demanda de crédito** pode indicar: superação de dificuldades pelo consumidor que permitem não recorrer a créditos/empréstimos no mercado; maior renda e capacidade de pagamento; ou a intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas; taxas de juros muito altas; necessidade de priorizar regulação de dívidas anteriores; ou o comprometimento da renda do consumidor é superior à sua capacidade de pagamento, o que o leva a não ampliar empréstimos ou crédito; aumento do emprego e poder de compra. Poderá ser considerado efeito da conscientização do consumidor quanto ao consumo de bens não essenciais: ele se limita a itens básicos: alimentos, remédios e higiene. Assim, a piora do quadro ético/político do País e a recessão econômica podem afetar a busca de crédito.

Há diferenças na demanda de crédito, conforme características de cada região do país. O desemprego poderá requerer novas linhas de crédito ou renegociação de dívidas.

TABELA 31 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2017/2018	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Abr/17	118,4	128,2	125,7	108,2	112,4	131,7	116,5	112,2	109,9	111,3	112,9	115,0
Mai/17	137,3	153,4	150,9	130,3	132,4	156,8	138,6	132,9	129,5	130,8	132,7	136,4
Jun/17	139,0	163,0	158,8	134,6	133,1	162,0	142,0	135,5	131,7	132,8	134,9	139,4
Jul/17	135,8	159,5	157,0	129,6	131,9	161,7	138,9	133,4	129,8	130,7	132,5	137,1
Ago/17	142,0	162,0	169,1	138,6	139,3	184,1	146,3	140,0	136,0	136,9	139,0	145,3
Set/17	131,2	155,6	154,0	126,8	131,2	184,2	134,2	129,6	125,9	126,8	128,2	135,2
Out/17	147,0	134,5	143,0	140,3	142,9	187,8	140,4	133,0	144,4	159,7	159,4	142,4
Nov/17	138,9	153,9	165,1	140,9	138,9	199,3	143,4	137,6	133,5	134,1	136,0	144,2
Dez/17	138,3	151,9	161,7	127,7	133,4	194,4	137,5	131,3	127,5	128,3	129,7	138,2
Jan/18	148,5	158,6	164,9	135,8	141,4	198,0	144,6	139,4	135,2	136,3	138,0	145,5
Fev/18	125,7	134,0	158,0	110,7	121,5	171,7	125,7	120,9	116,9	117,8	120,5	126,3
Mar/18	146,8	159,6	165,5	134,2	136,9	197,4	142,0	136,3	132,8	134,2	135,8	142,9

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 25/04/2018)

13.2. Inadimplência

Inadimplente é considerado o consumidor que atrasa o pagamento por mais de 90 dias. A seguir, apresenta-se a inadimplência calculada pelo índice Boa Vista. O indicador de inadimplência é elaborado a partir da quantidade de novos registros negativos informados pelas empresas em virtude do não pagamento de compromissos financeiros firmados. O valor de março no país superou em mais de 20,0% o índice de fevereiro. As séries encadeadas têm como base a média de 2011 = 100 e passam por ajuste sazonal para avaliação da variação mensal.

TABELA 32 – REGISTRO DE INADIMPÊNCIA BOA VISTA- Inclusões sazonalizadas

Base 2011=100	REGIÕES					
	CO	N	NE	S	SE	BR
Out/17	127,8	119,9	110,5	105,9	99,4	105,5
Nov/17	117,2	106,4	102,7	101,7	94,3	99,2
Dez/17	113,0	97,4	101,3	107,5	83,8	92,8
Jan/18	128,3	115,4	118,1	114,5	92,6	103,7
Fev/18	116,6	100,8	104,3	115,5	94,2	100,7
Mar/18	135,9	120,8	121,8	135,2	118,3	122,6

Fonte: <http://www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia/> (Consulta em 25/04/2018)
Dados sujeitos à alterações.

14. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA

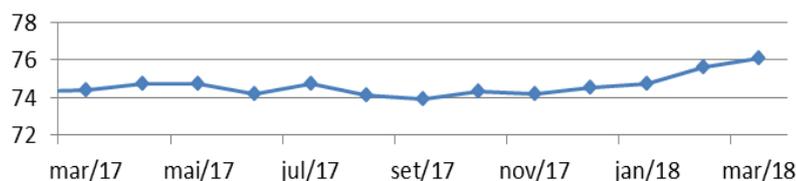
O NUCI de março/2018: 76,1%, cresceu de forma a superar valores desde 2017. O índice de ociosidade de março/ 2018 caiu para foi 23,9%. Os números indicam maior produção (e menor ociosidade) em 2018. A ampliação da produção e elevação da demanda, poderão ser atendidas, em um primeiro momento, sem necessidade de novos investimentos, devido a ociosidade da capacidade produtiva instalada e não utilizada. Ao governo, caberá utilizar instrumentos de política econômica para incentivar a produção e a demanda, visando conter a ociosidade.

A Tabela 34 – IBGE indica a produção física de cada um dos ramos da indústria de transformação.

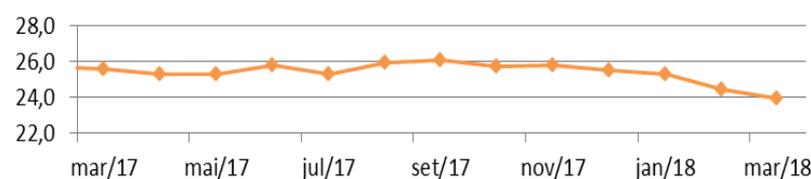
TABELA 33 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2011	84,0	16,0
2012	83,9	16,1
2013	84,3	15,7
2014	83,4	16,6
2015	79,3	20,7
2016	74,6	25,4
2017	74,4	25,6
Mar	74,4	25,6
Abr	74,7	25,3
Mai	74,2	25,8
Jun	74,2	25,8
Jul	74,7	25,3
Ago	74,1	25,9
Set	73,9	26,1
Out	74,3	25,7
Nov	74,2	25,8
Dez	74,5	25,5
2018	--	--
Jan	74,7	25,3
Fev	75,6	24,4
Mar	76,1	23,9

NUCI NO BRASIL



Ociosidade



Fonte: <http://portalibre.fgv.br> - (índice de sondagem da indústria) (Consulta 27/03/2018)

(*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

Dados da tabela 33 disponíveis somente até março (consulta em 07/05/2018)

TABELA 34 - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais - Variação percentual acumulada no ano (Base: igual período do ano anterior) (%)

	2015	2016	2017	2018 Fevereiro
1 Indústria geral	-8,3	-6,4	2,5	0,2
2 Indústrias extrativas	3,9	-9,4	4,6	-5,2
3 Indústrias de transformação	-9,8	-6,0	2,2	-0,1
3.10 Fabricação de produtos alimentícios	-1,8	1,1	1,1	-0,8
3.11 Fabricação de bebidas	-4,7	-3,2	0,8	1,8
3.12 Fabricação de produtos do fumo	-9,3	-21,7	20,4	-5,3
3.13 Fabricação de produtos têxteis	-15,0	-4,5	5,6	-4,4
3.14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-11,7	-5,8	3,5	-1,7
3.15 Preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-7,7	-1,3	1,3	4,1
3.16 Fabricação de produtos de madeira	-4,6	1,3	1,9	2,5
3.17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-0,6	2,4	3,3	0,1
3.18 Impressão e reprodução de gravações	-18,9	-11,2	-9,3	-14,8
3.19 Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-5,9	-8,5	-4,1	-1,3
3.20B Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	-3,7	-1,4	2,2	4,4
3.20C Fabricação de outros produtos químicos	-6,2	-1,0	0,3	2,3
3.21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-12,4	-2,5	-5,3	-8,1
3.22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-9,3	-6,9	4,5	1,4
3.23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-7,7	-10,7	-3,1	-0,2
3.24 Metalurgia	-8,4	-6,4	4,7	-1,5
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-11,5	-10,6	-0,9	3,1
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	-30,1	-13,8	19,6	2,1
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-12,0	-7,3	-3,5	2,6
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	-14,5	-11,7	2,6	-2,7
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-25,9	-12,1	17,2	0,9
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	-9,3	-21,7	-10,1	3,9
3.31 Fabricação de móveis	-13,8	-10,2	4,6	1,8
3.32 Fabricação de produtos diversos	-4,5	-8,6	3,6	7,4
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-7,9	-7,4	6,3	-11,3

Fonte: <http://www.ibge.com.br> (Consulta em 25/04/2018) *Dados de 2017 até Dezembro

III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

15. ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em cada mês do trimestre janeiro/março-2018, deflacionada, superou valores referentes aos mesmos meses de 2017. Constitui constatação importante sobre a melhora da economia no período. No entanto, não é possível fazer projeções sobre a evolução da receita do governo federal para o ano de 2018, devido instabilidades econômicas possíveis, muitas vinculadas a fatores externos. A recuperação de alguns ramos da economia ou a obtenção de um PIB em 2017 superior ao de 2016, permitiram aumento da receita em 2017 sobre 2016. Os indicadores que contribuíram para a melhoria: queda da inflação, redução dos juros SELIC ou maiores saldos das contas externas apontam, desde que mantidos, possibilidades de melhores resultados em 2018. Importante é que muitos indicadores de desempenho econômico vêm demonstrando, a cada dia, distanciamento das variáveis políticas.

Um novo perfil da arrecadação dependeria da intensidade de recuperação possível em 2018. Políticas econômicas de aquecimento produziram em 2017 efeitos sobre renda e poder de compra do consumidor, cabendo citar: liberação de FGTS e do PIS/PASEP. Para 2018, o governo já anunciou intenção de efetivar nova liberação de saldos de contas do PIS/PASEP.

Fatos sazonais influenciam tradicionalmente a evolução do processo de arrecadação do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas; em janeiro, tradicionalmente, ocorre a maior arrecadação federal, devido o recolhimento referente a dezembro, mês de maiores vendas; fevereiro e março apresentam receitas menores.

Os produtos de alta e média tecnologia, de elevado valor agregado e grandes geradores de impostos, mas de reduzida participação nas exportações brasileira, tem pequena parcela na receita.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destinam-se a custear políticas públicas, além da "máquina" pública e pagamento da dívida pública.

TABELA 35 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Fev/2018 (IPCA)	Variação %
2014	1.187.950	1.487.822	25,24
2015	1.221.546	1.404.170	14,95
2016	1.289.904	1.362.406	5,62
2017	1.342.408	1.370.502	2,09
Jan	137.392	141.894	3,28
Fev	92.358	95.071	2,94
Mar	98.994	101.648	2,68
Abr	118.047	121.042	2,54
Mai	97.694	99.863	2,22
Jun	104.100	106.657	2,46
Jul	109.948	112.379	2,21
Ago	104.206	106.308	2,02
Set	105.595	107.553	1,85
Out	121.144	122.874	1,43
Nov	115.089	116.406	1,14
Dez	137.842	138.809	0,70
2018	366.401	367.134	0,20
Jan	155.619	156.258	0,41
Fev	105.122	105.217	0,09
Mar	105.659	105.659	0,00

TABELA 35.1 – ARRECAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Fev/18 – IPCA) Fev/18 (R\$ milhões)

Imposto sobre importação	3.176
IPi Total	4.191
IR Total	27.468
IR Pessoa Física	1.357
IR Pessoa Jurídica	9.188
IR Retido na Fonte	16.922
IOF	2.762
COFINS	18.564
PIS / PASEP	5.027
CSLL	5.294
Cide – Combustíveis	404
Outras Receitas	2.540
Receita Previdenciária	31.818
Receita Administrada por Outros Órgãos	1.845
TOTAL DAS RECEITAS	105.659

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 25/04/2018)

TABELA 36 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2012 a 2016 (Em R\$ bilhões)

Componentes	2012	2013	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto	4.703,86	5.331,62	5.778,95	5.996,00	6.259,23
Arrecadação Tributária Bruta	1.571,17	1.736,00	1.841,63	1.925,45	2.027,01
Carga Tributária Bruta	32,63%	32,56%	31,87%	32,11%	32,38%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2016) (Consulta em 28/12/2017)

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, para custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência.
- (2) Arrecadação: refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos)

16. Dívida Pública Federal Interna e Externa - DPFI

Em março de 2018, a dívida pública federal interna e externa (R\$ 3,64 bilhões) superou a dívida existente em dezembro/2017 (R\$ 3,56 bilhões). Desde setembro de 2016, quando superou R\$ 3 trilhões, a dívida pública federal se mantém acima desse patamar. Dentre os componentes principais da dívida, podem ser mencionados: taxa real de juros SELIC ainda elevados (mesmo com queda para 6,50% em abril/2018), recessão na economia (em especial, 2015 e 2016), que comprometeram a receita e mais ainda as dificuldades éticas e políticas internas, que limitaram a atividade econômica, a receita do governo e postergam investimentos públicos e privados.

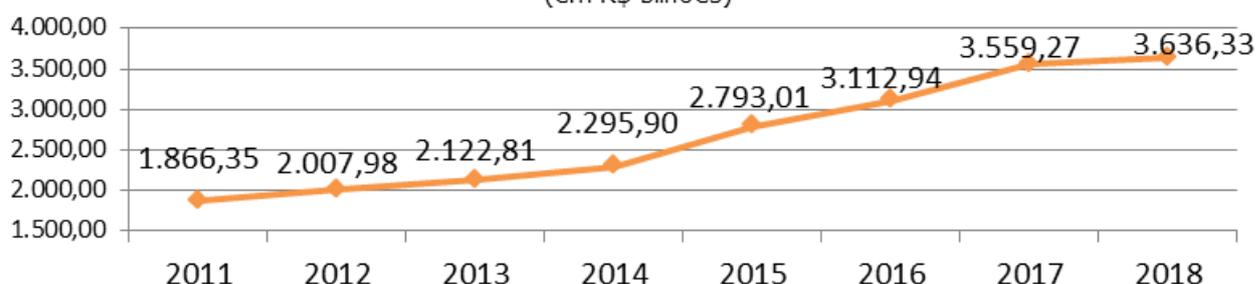
A gestão da dívida mostrou maior rapidez de crescimento após 2010. Ou seja, até 2009, as providências mais rígidas e o maior poder de controle, foram mais eficientes; no entanto, após 2010, os gastos crescentes num ambiente de ampliação de subsídios, incentivos fiscais-tributários e queda na receita, levaram à explosão da dívida em 21,65% (2015 sobre 2014), e de 11,46% (2016 sobre 2015) e 14,34% (2017 sobre 2016) indicando descontrole comparado aos percentuais anteriores. Importante é identificação seletiva de componentes da dívida, na relação: objetivos buscados/viabilizados X obtidos.

A maior parte da dívida é de médio e longo prazo. Ainda: governo e credores podem renegociar: juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, se o BC eleva a taxa, a dívida cresce; se a SELIC cai, também cai a expansão da dívida. O aumento da dívida em 2010-2017 superou o período 2007-2009.

TABELA 37 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) ⁽¹⁾	Variação (%)
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
2016	3.112,94	11,46
2017	3.559,27	14,34
Mar	3.234,14	3,17
Abr	3.244,51	0,32
Mai	3.253,03	0,26
Jun	3.357,65	3,22
Jul	3.341,38	-0,48
Ago	3.404,00	1,87
Set	3.430,83	0,79
Out	3.438,48	0,22
Nov	3.493,38	1,60
Dez	3.559,27	1,89
2018	--	--
Jan	3.528,31	-0,87
Fev	3.582,15	1,53
Mar	3.636,33	1,51

Evolução da Dívida Pública Federal

(em R\$ bilhões)



17. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Em 2017 houve continuidade da ausência de superávit primário: as contas públicas do período apontaram déficit de R\$ 124,4 bilhões. No entanto, foi um valor melhor do que os de 2016 (R\$ -154 bilhões). Já é o quarto ano seguido, 2014/2017, em que as contas do governo federal e Banco Central apontam déficit, muito diferente do verificado no período 2010/2013 no qual as contas do governo apresentaram superávits.

Um valor que pode ser tomado como tradicional quanto ao superávit primário é o de janeiro, com valores positivos (expressa desempenho da economia em dezembro, o mais aquecido nas vendas do ano), foi o que ocorreu em janeiro/2018. Ainda: fevereiro mostra inversão de tendência, com valores negativos, devido sazonalidade da economia e calendário. O crescimento do PIB em 2017: 1,0%, poderá indicar início de inversão da tendência nas contas do superávit primário.

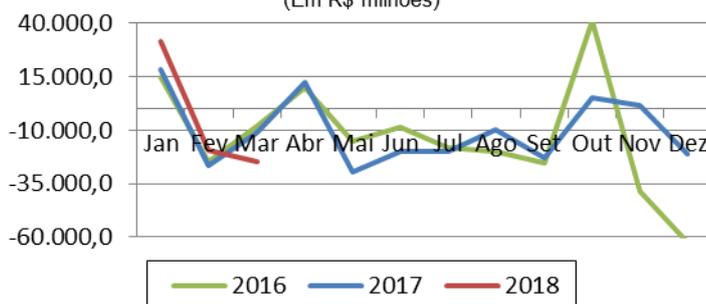
O superávit primário nas contas públicas em um ano fiscal corresponde a receitas superiores às despesas, sem considerar os juros. Significa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros avaliarem a capacidade de um país regularizar e pagar suas dívidas. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, do tamanho do corte nos gastos ou da elevação da arrecadação em relação às despesas. A receita maior (mantidas alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor o desempenho da economia.

Se negativo o superávit primário, ou seja, déficit público, poderia indicar: a) menor receita-seja por queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas, ou ainda a concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos pré-determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou combinação de ambos. Ainda, a ausência de valores positivos que possibilitem o superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de atuação do governo como investimentos e infraestrutura em geral, salários, políticas sociais ou outras. Daí, o superávit decorrer da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar despesas ou mesmo não ter consciência da necessidade de efetuar gastos que beneficiem a população.

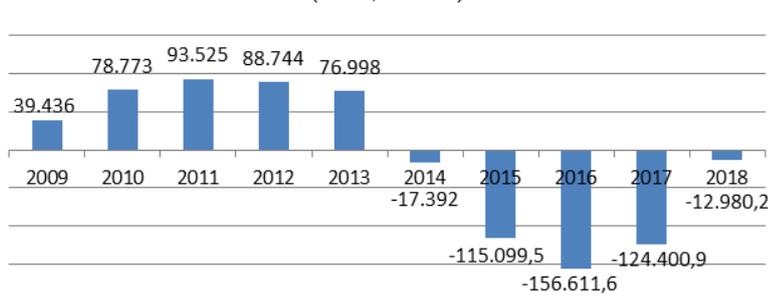
TABELA 38 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL
(Em R\$ Milhões)

Período	Resultado do Governo (1)	Varição Percentual (%)
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
2014	-17.392	-122,59
2015	-115.099	-561,79
2016	-154.255	-34,02
2017	-124.400	20,57
Mar	-11.231,4	57,35
Abr	12.315,9	209,66
Mai	-29.387,3	-338,61
Jun	-19.844,2	32,47
Jul	-20.154,5	-1,56
Ago	-10.111,0	49,83
Set	-22.822,1	-125,72
Out	5.073,3	122,23
Nov	1.260,6	-75,15
Dez	-21.168,5	-1.779,27
2018	-12.980,2	33,65
Jan	31.058,5	246,72
Fev	-19.210,7	-161,85
Mar	-24.828,0	-29,24

EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)



EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 30/04/2018)

IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O trimestre janeiro/março-2018 manteve o bom desempenho da balança comercial em relação ao mesmo período de 2017. O saldo de 2017 foi extremamente positivo: US\$ 66,9 bilhões. O dólar mais valorizado a partir de agosto/2015 contribuiu para conter importações, tendência mantida em 2016, quando o dólar médio se aproximou de R\$ 4,00 no 1.º semestre. Nesse momento, abril de 2018, a cotação do petróleo está subindo no mercado mundial, podendo afetar preços internos de derivados e custos logísticos. A superprodução de grãos do agronegócio brasileiro em 2017, com pequena queda em 2018, poderia ter pequena queda nas exportações do setor. Uma indagação importante neste momento se refere ao que viria com a ocorrência de possível “guerra de tarifas” entre EUA e China, e de que forma viriam os reflexos sobre a economia brasileira? A valorização do dólar em abril no mercado mundial e no Brasil, pode elevar receita de exportações nacionais mas aumentar custos das importações. A Argentina enfrenta atualmente dificuldades no mercado cambial e elevação na cotação do dólar: o impacto negativo mais intenso dos negócios Brasil X Argentina poderia ocorrer sobre o setor automotivo brasileiro.

A destacar como fatores que contribuíram para elevar o estoque de divisas do Banco Central: os dólares arrecadados pelo sistema produtivo brasileiro (balança comercial), os empréstimos e/ou financiamentos obtidos pelo setor privado, as aplicações do exterior na Bovespa, e também a entrada de dólares pela venda de títulos do governo (com taxas Selic). Por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi totalmente superada; a importância da indústria não será recuperada a curto prazo, considerando: limitações competitivas atuais, crise econômica não totalmente superada e deterioração no contexto político interno. Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos. Considere-se ainda os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria exportadora e reduzida exportação de produtos de alta e média tecnologia. Alguns países do Euro tem limitações em suas importações. A Argentina, com a crise cambial interna do dólar em abril, poderia adiar importações do Brasil. Nesse sentido, é preciso ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. Ao governo cabe adotar políticas que estimulem inovações e modernização tecnológica, a fim de incentivar linhas de produtos industriais e melhorar competitividade, tendo dentre as metas ampliar exportações do país. A indústria de transformação brasileira, em vários ramos, apresenta início de melhoria nas vendas em janeiro/março de 2018.

TABELA 39 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)					
Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
2010	201.915	31,98	181.768	42,32	20.147
2011	256.040	26,81	226.240	24,47	29.799
2012	242.580	-5,26	223.149	-1,37	19.431
2013	242.183	-0,2	239.623	7,4	2.560
2014	225.101	-7,05	229.031	-4,42	-3.930
2015	191.132	-15,05	171.459	-25,13	19.673
2016	185.235	-3,09	137.552	-19,78	47.683
2017	217.739	17,55	150.749	9,59	66.990
Fev	15.469	3,76	10.913	-10,53	4.555
Mar	20.074	29,77	12.938	18,55	7.136
Abr	17.680	-11,93	10.717	-17,17	6.963
Mai	19.790	11,94	12.129	13,18	7.661
Jun	19.779	-0,05	12.595	3,84	7.184
Jul	18.759	-5,16	12.473	-0,97	6.285
Ago	19.471	3,80	13.879	11,27	5.592
Set	18.659	-4,17	13.488	-2,82	5.171
Out	18.872	1,14	13.679	1,41	5.193
Nov	16.683	-11,60	13.143	-3,92	3.541
Dez	17.595	5,47	12.598	-4,15	4.998
2018	54.367	7,76	40.418	12,12	13.949
Jan	16.965	-3,58	14.201	12,73	2.764
Fev	17.312	2,04	12.408	-12,62	4.904
Mar	20.089	16,04	13.809	11,28	6.281

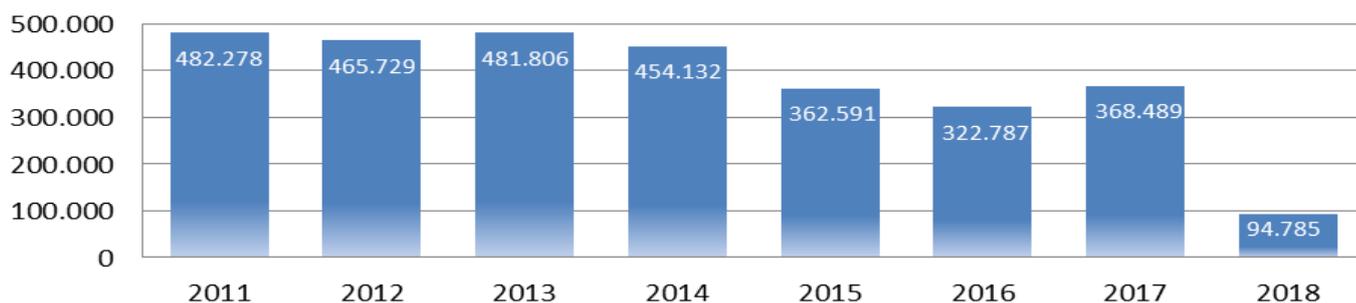
Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 25/04/2018)
 (*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 40 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2017 (JAN-DEZ)			2018 (JAN-MAR)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
AELC (1)	1.801	2.488	-687	482	622	-141
África (2)	9.400	5.532	3.868	2.057	1.285	772
Aladi (3)	43.763	24.872	18.891	11.342	6.184	5.158
MERCOSUL(*)	23.090	12.284	10.807	5.999	2.944	3.055
Argentina	17.626	9.435	8.191	4.375	2.353	2.023
Paraguai	2.646	1.133	1.513	666	276	390
Uruguai	2.348	1.324	1.024	772	270	501
Venezuela	470	392	79	186	45	141
Chile	5.032	3.439	1.593	1.473	799	674
México	4.515	4.238	277	933	1.132	-198
Outros (4)	7.111	2.184	4.927	1.871	587	1.284
Ásia	78.765	49.660	29.105	17.883	14.084	3.799
China	47.500	27.324	20.176	11.898	7.774	4.124
Coreia do Sul	3.077	5.240	-2.163	625	1.499	-874
Japão	5.270	3.762	1.508	992	1.018	-26
Outros	8.662	4.703	3.960	1.867	1.017	850
Canadá	2.720	1.761	959	719	406	312
EUA (5)	27.058	25.082	1.976	6.442	7.007	-565
Europa Oriental (6)	2.930	3.216	-287	444	761	-317
Oriente Médio	11.676	3.964	7.712	2.408	1.289	1.120
União Europeia	34.906	32.072	2.834	11.190	8.383	2.807
Alemanha	4.912	9.226	-4.314	1.258	2.496	-1.238
França	2.225	3.724	-1.499	772	875	-103
Itália	3.562	3.957	-396	915	1.147	-232
Países Baixos	9.253	1.900	7.354	3.877	481	3.396
Reino Unido	2.845	2.303	543	822	501	321
Outros (7)	8.662	4.703	3.960	1.867	1.017	850
Outros	4.787	2.083	2.704	1.406	396	1.010
Opep (8)	13.248	6.788	6.461	2.843	1.902	941
Total	217.805	150.730	67.074	54.372	40.416	13.956

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)
(Consulta em 25/04/2018)

Brasil: Corrente de Comércio (*)
Em US\$ milhões

(*) Dados de 2018 referentes ao acumulado no ano.

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com **balança comercial**, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

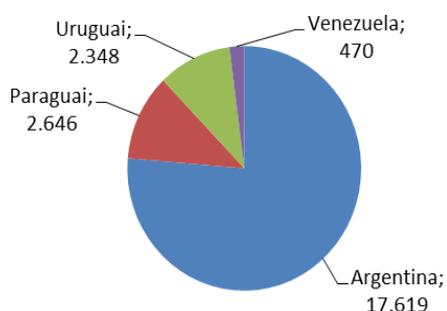
Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 41 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

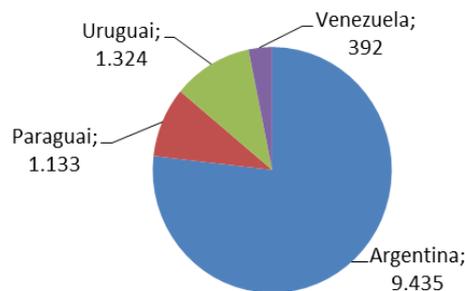
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2018 (Jan-Mar)						
Argentina	4.375	72,93	2.353	79,92	2.023	6.728
Paraguai	666	11,11	276	9,38	390	942
Uruguai	772	12,87	270	9,19	501	1.042
Venezuela	186	3,10	45	1,52	141	230
MERCOSUL	5.999	100,00	2.944	100,00	3.055	8.943
2017						
Argentina	17.619	76,33	9.435	76,81	8.184	27.054
Paraguai	2.646	11,46	1.133	9,23	1.513	3.779
Uruguai	2.348	10,17	1.324	10,78	1.024	3.672
Venezuela	470	2,03	392	3,19	78	861
MERCOSUL	23.083	100,00	12.284	100,00	10.799	35.367
2016						
Argentina	13.418	68,26	9.084	75,66	4.333	22.502
Paraguai	2.221	11,30	1.223	10,19	998	3.444
Uruguai	2.744	13,96	1.284	10,70	1.460	4.028
Venezuela	1.276	6,49	415	3,46	861	1.691
MERCOSUL	19.658	100,00	12.007	100,00	7.651	31.665
2015						
Argentina	12.800	60,99	10.285	78,72	2.515	23.085
Paraguai	2.473	11,78	884	6,77	1.589	3.358
Uruguai	2.727	12,99	1.217	9,31	1.510	3.943
Venezuela	2.987	14,23	680	5,20	2.307	3.666
MERCOSUL	20.987	100,00	13.065	100,00	7.921	34.052
2014						
Argentina	14.282	57,01	14.143	77,05	139	28.425
Paraguai	3.193	12,75	1.120	6,10	2.073	4.313
Uruguai	2.945	11,76	1.918	10,45	1.027	4.863
Venezuela	4.632	18,49	1.174	6,40	3.458	5.806
MERCOSUL	25.052	100,00	18.355	100,00	6.697	43.407

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 25/04/2018)

Exportações 2017 - US\$ Milhões



Importações 2017 - US\$ Milhões



18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**TABELA 42 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2018 (JAN-MAR)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	726,46	26,86
2	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	362,71	13,41
3	Óleos brutos de petróleo	347,30	12,84
4	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	162,29	6,00
5	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	156,45	5,78
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	133,08	4,92
7	Tratores rodoviários para semi-reboques	121,54	4,49
8	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	95,43	3,53
9	Outros açúcares de cana	78,84	2,91
10	Minérios de ferro e seus concentrados, aglomerados por processo de peletização	74,82	2,77
11	Gasóleo (óleo diesel)	55,97	2,07
12	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	54,90	2,03
13	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	54,18	2,00
14	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	47,63	1,76
15	Outras carnes de suíno, congeladas	45,83	1,69
16	Arroz com casca (arroz paddy), não parboilizado	41,20	1,52
17	Alumina calcinada	38,84	1,44
18	Outros pneumáticos novos, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	37,13	1,37
19	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	35,04	1,30
20	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios utilizados em quaisquer veículos	34,94	1,29
-	Total	2.704,60	100,00

TABELA 43 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2018 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	347,14	20,82
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	283,28	16,99
3	Automóveis com motor explosão, 1000 > cm3 <= 1500, até 6 passageiros	231,56	13,89
4	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	107,56	6,45
5	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	69,13	4,15
6	Malte não torrado, inteiro ou partido	65,12	3,91
7	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	54,99	3,30
8	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	52,92	3,17
9	Outras caixas de marchas	47,52	2,85
10	Outros propanos liquefeitos	47,37	2,84
11	Cevada cervejeira	42,94	2,58
12	Naftas para petroquímica	40,14	2,41
13	Energia elétrica	36,81	2,21
14	Copolímeros de etileno e alfa-olefina, de densidade inferior a 0,94	36,43	2,18
15	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	36,42	2,18
16	Outros motores diesel e semidiesel	36,23	2,17
17	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	35,31	2,12
18	Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	32,50	1,95
19	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	32,43	1,94
20	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	31,32	1,88
-	Total	1.667,14	100,00

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 44 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2017		2018
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-MAR)
1	Estados Unidos	26.872,63	12,34	6.313,93
2	Argentina	17.618,81	8,09	4.375,26
3	Chile	5.031,36	2,31	1.473,04
4	México	4.514,10	2,07	933,23
5	Canadá	2.719,39	1,25	718,44
6	Paraguai	2.646,22	1,22	666,33
7	Colômbia	2.507,79	1,15	722,02
8	Uruguai	2.348,12	1,08	771,90
9	Peru	2.245,33	1,03	540,25
10	Bolívia	1.506,17	0,69	342,80
11	Equador	836,68	0,38	208,45
12	Panamá	632,98	0,29	122,95
13	República Dominicana	588,46	0,27	237,97
14	Venezuela	469,65	0,22	185,71
15	Santa Lúcia	446,89	0,21	216,85
16	Cuba	346,32	0,16	123,57
17	Costa Rica	277,71	0,13	74,45
18	Guatemala	266,62	0,12	44,56
19	Bahamas	261,90	0,12	55,94
20	Trinidad e Tobago	205,20	0,09	51,02
	Total	217.739,18	100,00	54.366,75

www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 25/04/2018)

TABELA 45 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2017		2018
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-MAR)
1	Estados Unidos	24.846,59	16,48	6.916,24
2	Argentina	9.435,19	6,26	2.352,68
3	México	4.238,05	2,81	1.131,91
4	Chile	3.452,61	2,29	799,14
5	Canadá	1.760,98	1,17	406,08
6	Peru	1.617,83	1,07	334,56
7	Colômbia	1.442,47	0,96	359,60
8	Uruguai	1.323,90	0,88	387,52
9	Bolívia	1.285,11	0,85	276,08
10	Paraguai	1.133,25	0,75	270,47
11	Venezuela	391,69	0,26	44,67
12	Porto Rico	239,66	0,16	91,79
13	Trinidad e Tobago	198,35	0,13	137,79
14	Equador	131,33	0,09	19,13
15	Costa Rica	57,50	0,04	18,56
16	Guatemala	31,44	0,02	29,25
17	Cuba	19,74	0,01	7,70
18	República Dominicana	15,70	0,01	3,52
19	Honduras	12,88	0,01	2,28
20	El Salvador	5,01	0,00	1,39
	Total	150.749,45	100,00	40.418,14

www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 25/04/2018)

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 46 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2018 (JAN-MAR)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Óleos Brutos De Petróleo	5.321,46	17,83
2	Soja, mesmo triturada, Exceto Para Semeadura	5.122,18	17,16
3	Minérios De Ferro Nao Aglomerados E Seus Concentrados	3.745,20	12,55
4	Pasta química de madeira semi branqueada	1.998,27	6,70
5	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, etc.	1.534,60	5,14
6	Outros açúcares de cana	1.245,66	4,17
7	Café Não Torrado, Não Descafeinado, Em Grão	1.125,40	3,77
8	Bagacos e outros resíduos sólidos do óleo de soja	1.096,17	3,67
9	Carnes Desossadas De Bovino, Congeladas	1.078,78	3,61
10	Pedaços E Miudezas comestíveis Galinhas, Congelados	1.069,50	3,58
11	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passag	890,62	2,98
12	Partes De Turbo reatores Ou De Turbo propulsores	777,10	2,60
13	Milho Em Grão, Exceto Para Semeadura	774,39	2,59
14	Minérios De Ferro Aglomerado para Processo De Peletizacao	720,88	2,42
15	Outros prod. semimanufaturados de ferro ou aço, com < 0,25 % de carbono	710,22	2,38
16	Alumina Calcinada	705,00	2,36
17	Outros aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15.000 kg, vazios	503,83	1,69
18	Ferro-nióbio	489,12	1,64
19	Ouro Em Barras, Fios E Perfis De Seção Maciça	484,24	1,62
20	Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes para aeronaves	454,00	1,52
--	Total	29.846,63	100,00

TABELA 47 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2018 (JAN-MAR)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	"Gasóleo" (Óleo Diesel)	1.810,02	17,04
2	Óleos brutos de petróleo	1.185,77	11,16
3	Naftas Para Petroquímica	705,80	6,65
4	Outras partes para aparelhos receptores radiodif. televisão, etc.	666,47	6,28
5	Hulha Betuminosa, Não Aglomerada	622,92	5,87
6	Outras Gasolinas, Exceto Para Aviação	571,64	5,38
7	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	561,21	5,28
8	Outras Caixas De Marchas	429,15	4,04
9	Outros Cloretos De Potássio	419,40	3,95
10	Outros Veiculos Automóveis C/Motor Diesel, Carga<=5T	394,71	3,72
11	Automóveis C/ Motor Explosão,1.000>Cm3<1.500, Até 6 passag	360,01	3,39
12	Outros propanos liquefeitos	347,93	3,28
13	Uréia Com Teor De Nitrogênio>45% Em Peso	347,32	3,27
14	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	346,81	3,27
15	Microprocessadores Mont.P/Superf.(Smd)	330,22	3,11
16	Catodos De Cobre Refinado/Seus Elementos, Em Forma Bruta	322,47	3,04
17	Gás Natural No Estado Gasoso	321,00	3,02
18	Outros produtos imunológicos para venda a retalho	313,94	2,96
19	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	290,64	2,74
20	Álcool etílico não desnaturado	273,54	2,58
--	Total	10.620,96	100,00

Conta Petróleo do Brasil**TABELA 48 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-AGO) FOB**

	2014	2015
Exportação	154.018	128.347
Petróleo e Derivados	17.238	12.050
Demais	136.780	116.297
Importação	153.813	121.050
Petróleo e Derivados	28.116	15.260
Demais	125.697	105.790
Saldo	205	7.297
Petróleo e Derivados	-10.878	-3.210
Demais	11.083	10.507

Fonte: www.mdic.gov.br - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior -Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 25/04/2018)

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18.1. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica

Os dados disponíveis apontam predomínio das exportações industriais brasileiras em bens de: 1) baixa tecnologia; e de: 2) média-alta tecnologia. As exportações de bens de alta tecnologia, com maior valor agregado é pequena. Por outro lado, em termos de importações de bens industriais, o que predomina na demanda externa do Brasil são produtos de: 1) média-alta tecnologia; e de: 2) alta tecnologia, indicando que o Brasil é um grande importador de bens de maior valor agregado, com mais inovações e de maior tecnologia.

TABELA 49 – BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Bilhões

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/ 2014	2015 Part.% 2014
Total	242,6	242,0	225,1	191,1	-15,1	100
Produtos não industriais	75,6	68,0	63,1	66,2	-22,9	35,7
Produtos industriais	166,9	173,9	161,8	121,9	-10	64,3
I. Alta tecnologia	9,9	9,7	9,6	9,2	3,0	4,6
Aeronáutica e aeroespacial	5,6	5,6	5,8	6,5	10,7	3,4
Farmacêutica	2,1	2,0	1,9	1,3	-16,7	0,7
Outros	2,2	2,1	1,8	1,5	-5,7	0,6
II. Média-alta tecnologia	40,7	39,8	34,5	33,1	-9,9	17,3
Veículos automotores, reboques/semi-reboques	14,6	15,9	11,4	11,0	-2,9	5,6
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	10,7	10,3	10,0	11,3	-10,9	5,9
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	11,4	9,7	9,3	7,6	-15,1	4,0
Outros	3,9	3,9	3,6	3,1	-15,3	1,6
III. Média-baixa tecnologia	38,8	41,4	36,5	27,1	-12	14,2
Produtos metálicos	21,8	19,1	20,6	17,8	-4,6	9,3
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	10,5	9,4	8,7	2,6	-45	1,5
Outros	6,5	12,9	7,1	6,5	-6,9	3,4
IV. Baixa tecnologia	77,4	83,0	81,2	53,3	-11,1	27,9
Alimentos, bebidas e tabaco	62,6	67,2	64,8	37,6	-14	19,7
Madeira e seus produtos, papel e celulose	8,6	9,2	9,5	9,8	4,4	5,2
Têxteis, couro e calçados	4,6	4,9	5,3	4,4	-16,6	2,3
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1,6	1,6	1,5	1,4	-6,1	0,6

TABELA 50 – BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Bilhões

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/ 2014	2015 Part.% 2014
Total	223,2	239,7	229,1	171,5	-25,2	100
Produtos não industriais	28,4	33,9	32,1	20,8	-35,8	12,1
Produtos industriais	194,7	205,8	196,9	150,7	-23,4	87,9
I. Alta tecnologia	40,4	43,1	41,7	30,8	-20,3	18,0
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	14,8	16,4	16,2	11,6	-28,6	6,7
Farmacêutica	8,9	9,7	9,5	7,2	-12,5	4,2
Instrumentos médicos de ótica e precisão	7,0	7,7	7,3	4,1	-19,4	2,4
Aeronáutica e aeroespacial	4,8	4,9	4,8	4,9	-1,1	2,9
Material de escritório e informática	4,8	4,3	3,9	3,0	-27,5	1,8
II. Média-alta tecnologia	93,9	99,9	92,5	73,1	-21,7	42,7
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	33,9	36,2	36,0	30,6	-17,2	17,9
Máquinas e equipamentos mecânicos, n. e.	26,7	27,7	24,4	18,4	-23,5	10,8
Veículos automotores, reboques/semirreboques	22,6	24,4	21,1	14,8	-30,2	8,6
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	8,9	10,2	9,3	7,6	-18,4	4,5
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	1,6	1,3	1,7	1,6	-3,7	0,9
III. Média-baixa tecnologia	41,7	43,9	43,2	29,5	-32,7	17,2
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18,8	20,2	20,1	10,2	-49,5	6,0
Produtos metálicos	14,2	14,1	13,8	11,3	-20,5	6,6
Borracha e produtos plásticos	6,1	6,6	6,2	4,9	-21,5	2,8
Outros	2,6	3,0	3,1	3,0	-0,7	1,8
IV. Baixa tecnologia	18,7	18,9	19,4	17,2	-17,7	10,1
Têxteis, couro e calçados	6,9	7,1	7,4	6,2	-16,3	3,6
Alimentos, bebidas e tabaco	7,1	7,0	7,5	6,1	-18,2	3,5
Madeira e seus produtos, papel e celulose	2,4	2,3	2,2	1,4	-27,1	0,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	2,3	2,4	2,3	3,5	-14,6	2,1

Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria. 1/ Variação percentual pela média diária, 2015 sobre 2014.

Dados extraídos do Boletim do Banco Central – Relatório anual 2013, referente aos dados de 2012 e 2013; Relatório anual 2015 referente aos dados de 2014 e 2015.

*O boletim anual do Banco Central foi descontinuado, sendo os últimos dados divulgados do ano 2015.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Referências de Comércio exterior****1. MOVIN 2018**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizarão o evento Movimento para Inovação em Comércio e Serviços (Movin 2018), nos dias 8 e 9 de maio de 2018 em Brasília, onde será aberto espaço para uma discussão sobre como os pequenos negócios podem aprimorar a gestão e ganhar competitividade diante dos novos rumos da economia.

Através de vários palestrantes, serão expostas tendências, conceitos, oportunidades e boas práticas dos setores de comércio e serviços na era da economia digital. Essas palestras têm como foco os empreendedores e potenciais empreendedores dos setores de comércio e serviços, representantes sindicais de comércio de bens, serviços e turismo.

2. UNIÃO EUROPEIA PROÍBE FRIGORÍFICOS BRASILEIROS DE EXPORTAR FRANGO PARA A REGIÃO

União Europeia anunciou no dia 19 de abril a proibição de 20 frigoríficos brasileiros de exportar frango para o bloco econômico. O embargo entrará em vigor 15 dias após a decisão ser oficialmente publicada.

"Nós confirmamos que os representantes dos países votaram por unanimidade a favor de deslistar 20 estabelecimentos brasileiros de exportar carne e seus derivados (especialmente frango). A medida proposta pela comissão europeia é relativa a deficiências detectadas no sistema brasileiro oficial de controle sanitário", disse a UE, em comunicado da comissão sanitária do bloco.

O vice-presidente de Mercado da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, disse que a proibição terá impacto no mercado brasileiro. As consequências esperadas são: excesso de oferta e queda de preço do frango no Brasil; falta de produto e alta na Europa; os frigoríficos vão tentar reduzir a produção já que não poderão exportar para a Europa. Muitos deles deram férias coletivas aos funcionários e poderão demitir. Com a menor demanda, os pequenos produtores terão que arcar com os custos da produção, financiamentos e preços mais baixos no mercado interno, podendo inviabilizar produção para muitos, o que afetaria negativamente a cadeia produtiva: venda de rações, medicamentos para as aves, transporte e os próprios frigoríficos.

3. BRASIL E CHILE ASSINAM ACORDOS PARA APROFUNDAR RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS

Brasil e Chile firmaram em 27/04, acordos que aprofundam a integração comercial bilateral: de compras governamentais e um protocolo de investimentos em serviços financeiros. Os documentos foram assinados pelos ministros do MDIC e Relações Exteriores chileno. Pelo acordo de compras governamentais, empresas brasileiras e chilenas poderão participar das licitações públicas em igualdade de condições. Para o ministro do MDIC, a adesão a compromissos internacionais nesta disciplina pode trazer benefícios ao Brasil. Ao abrir o mercado para fornecedores e prestadores estrangeiros, consequentemente aumentando a concorrência nas contratações governamentais de bens, serviços e obras públicas, criam-se condições para que produtos mais baratos e de melhor qualidade possam ser adquiridos pelo Estado.

Durante a visita do presidente chileno, também foram iniciadas as negociações para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio (ALC) com o Brasil, que seria a ampliação do acordo já existente com a inclusão de temas como serviços, comércio eletrônico, compras governamentais e questões regulatórias. Os dois países também pretendem avançar em temas como micro e pequenas empresas, meio ambiente e questões trabalhistas. A expectativa é de que as negociações do novo acordo ocorram de forma célere e objetiva e ele possa ser assinado até o fim deste ano.

4. UNIÃO EUROPEIA DEVE SE DEFENDER DAS MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA, DIZEM ALEMANHA, FRANÇA, E REINO UNIDO

Os líderes de Alemanha, França e Reino Unido pediram, no dia 29 de abril, que o governo dos EUA não imponha medidas comerciais unilaterais contra a União Europeia.

Esses líderes, Angela Merkel, Emanuel Macron e Theresa May concordaram, que a União Europeia deve defender seus 28 Estados-membros de quaisquer tarifas punitivas dos EUA com base em regras de internacionais multilaterais. "Eles concordaram que os EUA não devem adotar medidas comerciais contra a União Europeia, ou a União Europeia estará pronta para defender seus interesses dentro da estrutura da ordem multilateral do comércio", disse um porta-voz do governo alemão. Os EUA impuseram tarifas de importação de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio em março, mas concederam isenção temporária até 1º de maio para a União Europeia. O presidente Donald Trump decidirá então se tornará a isenção permanente.

5. EUA INTERROMPEM NEGOCIAÇÃO E DECIDEM APLICAR RESTRIÇÕES AO AÇO E ALUMÍNIO BRASILEIRO

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços -MDIC informou em 02/05, que os EUA interromperam negociações e decidiram aplicar, de imediato, restrições à importação de aço e alumínio brasileiro que estavam temporariamente suspensas.

Conforme o MDIC, a Casa Branca ofereceu ao Brasil a opção de sobretaxa ou quotas de exportação. O setor de alumínio deverá optar pela sobretaxa e, o de aço, pelas quotas.

As tarifas entraram em vigor no dia 23/03 para todos os países, exceto Canadá e México. Para Brasil, Austrália, Argentina, Coreia do Sul e União Europeia, houve acordo preliminar para isenção temporária da sobretaxa até 30/04, final do prazo das negociações. Em 30/04, a Casa Branca havia anunciado um acordo preliminar com o Brasil sobre o tema, cujos detalhes seriam finalizados em até 30 dias, e a prorrogação da medida que isentou o país da sobretaxa. Todavia, em 02/05, o MDIC e o Ministério das Relações Exteriores informaram: os EUA decidiram interromper negociações e aplicar restrições de imediato.

"Em 26/04, os EUA informaram a decisão de interromper a negociação e aplicar, de imediato ao Brasil, as sobretaxas que estavam temporariamente suspensas ou, de forma alternativa e sem possibilidade de negociação adicional, quotas restritivas unilaterais".

Em 02/05, o MDIC explicou que, para o governo brasileiro, a prorrogação da isenção, anunciada pelos EUA não está valendo porque não foi oficializada até o momento.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

A balança comercial paranaense de 2018 (janeiro/março) apresentou resultados melhores que os de igual período do ano anterior. Em 2017 foi positiva e superior às dos dois anos anteriores: US\$ 6,6 bilhões. As projeções atuais apontam continuidade do crescimento dos saldos das contas externas do Paraná para 2018. Em 2016 houve melhora expressiva dos superávits da balança comercial do Paraná, comparadas a 2015: o dólar mais valorizado a partir de agosto de 2015 e 1.º semestre de 2016, e também o desempenho de ramos importantes da indústria paranaense: veículos, madeira e papel/celulose, contribuíram para a superação da sequencia 2008/2014, anos que apresentavam saldos inferiores aos de 2015. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2017 foi maior que no biênio anterior devido a grande queda das importações.

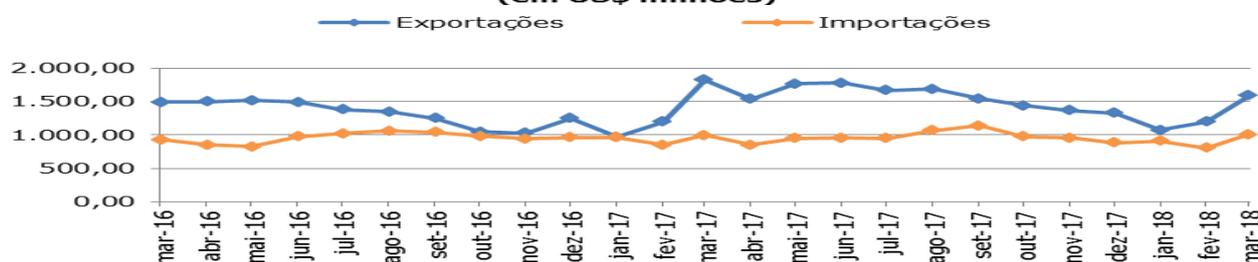
O cenário econômico atual indica início de recuperação, principalmente a partir da reversão em indicadores importantes como: queda na inflação, redução dos juros do BC, aumento do PIB, criação de empregos e queda da desocupação e substancial melhoria nas contas externas: exportações menos importações.

A participação das exportações e importações do Paraná com os países do MERCOSUL tem sido maior com a Argentina, especialmente depois dos exportadores paranaenses terem atendidas algumas das reivindicações do novo governo daquele país, em benefício de produtos do Estado. No entanto, os indicadores atuais de crise cambial na Argentina podem repercutir em alguns ramos da indústria paranaense, especialmente o ramo de veículos.

TABELA 51 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2008	15.247,18	14.570,22	676,96	29.817,40
2009	11.222,83	9.620,84	1.601,98	20.843,67
2010	14.176,01	13.956,96	219,05	28.132,97
2011	17.394,23	18.767,23	-1.373,00	36.161,46
2012	17.709,59	19.387,10	-1.677,52	37.096,69
2013	18.239,20	19.343,80	- 1.104,60	37.583,00
2014	16.332,15	17.294,27	-962,12	33.626,42
2015	14.909,08	12.448,70	2.460,38	27.357,78
2016	15.171,10	11.092,31	4.078,79	26.263,41
2017	18.082,39	11.518,55	6.563,85	29.600,94
Mar	1.820,66	995,78	824,89	2.816,44
Abr	1.536,94	847,97	688,97	2.384,90
Mai	1.766,57	951,75	814,82	2.718,32
Jun	1.775,19	953,49	821,69	2.728,68
Jul	1.665,05	948,86	716,19	2.613,90
Ago	1.683,54	1.064,32	619,22	2.747,86
Set	1.541,81	1.139,59	402,23	2.681,40
Out	1.439,47	972,74	466,72	2.412,21
Nov	1.367,06	953,23	413,83	2.320,29
Dez	1.326,95	880,73	446,22	2.207,67
2018	3.852,00	2.718,86	1.133,14	6.570,87
Jan	1.069,40	907,04	162,37	1.976,44
Fev	1.195,32	804,30	391,01	1.999,62
Mar	1.587,28	1.007,52	579,76	2.594,80

Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



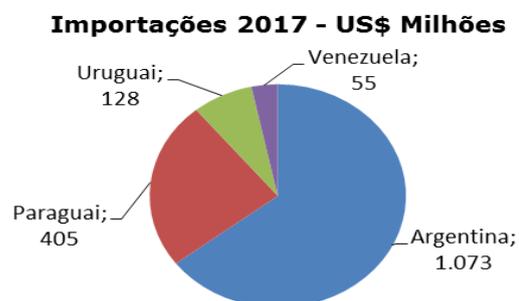
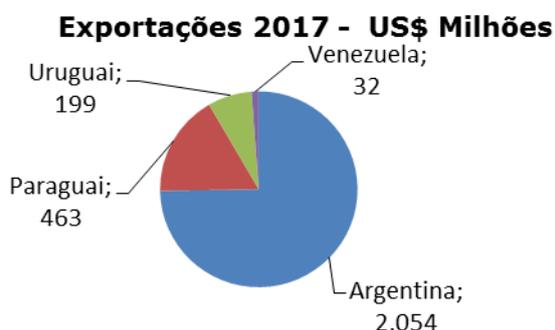
19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 52 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2018 (Jan-Mar)						
Argentina	427	71,69	195	63,23	232	623
Paraguai	112	18,79	86	27,98	26	198
Uruguai	55	9,19	17	5,60	38	72
Venezuela	2	0,33	10	3,20	-8	12
MERCOSUL	596	100,00	309	100,00	287	905
2017						
Argentina	2.054	74,74	1.073	64,63	981	3.126
Paraguai	463	16,85	405	24,37	59	868
Uruguai	199	7,23	128	7,69	71	326
Venezuela	32	1,18	55	3,31	-23	87
MERCOSUL	2.748	100,00	1.660	100,00	1.088	4.408
2016						
Argentina	1.537	69,50	1.119	63,10	417	2.656
Paraguai	426	19,27	493	27,77	-67	919
Uruguai	158	7,13	109	6,12	49	266
Venezuela	91	4,10	53	3,01	37	144
MERCOSUL	2.211	100,00	1.774	100,00	437	3.985
2015						
Argentina	1.087	55,92	1.382	77,68	-295	2.468
Paraguai	532	27,37	308	17,31	223	840
Uruguai	156	8,02	84	4,72	72	240
Venezuela	170	8,74	5	0,28	165	174
MERCOSUL	1.944	100,00	1.779	100,00	165	3.723
2014						
Argentina	1.204	54,19	1.814	72,47	-560	2.488
Paraguai	613	27,59	545	21,77	51	977
Uruguai	161	7,25	133	5,31	11	239
Venezuela	244	10,98	11	0,44	199	221
MERCOSUL	2.222	100,00	2.503	100,00	-264	3.558

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta: 25/04/2018)



19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 53 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2018 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	86,98	23,88
2	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	61,37	16,85
3	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	40,26	11,06
4	Tratores rodoviários para semi-reboques	20,84	5,72
5	Outras carnes de suíno, congeladas	18,78	5,16
6	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	18,39	5,05
7	Adubos minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	16,98	4,66
8	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	11,37	3,12
9	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	11,33	3,11
10	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	10,96	3,01
11	Chassis com motor diesel e cabina, capacidade de carga > 20 toneladas	10,09	2,77
12	Outras máquinas e aparelhos para colheita	8,07	2,21
13	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	7,77	2,13
14	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	7,48	2,05
15	Outros motores de explosão de cilindrada superior a 1.000 cm3	6,56	1,80
16	Outros tratores, com potência de motor > 75 kW, mas < 130 kW	6,03	1,66
17	Outras carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal	5,67	1,56
18	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	5,34	1,47
19	Betume de petróleo	5,03	1,38
20	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	4,92	1,35
-	Total	364,20	100,00

TABELA 54 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2018 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	84,13	35,52
2	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	32,08	13,55
3	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	16,63	7,02
4	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	13,91	5,88
5	Metanol (álcool metílico)	12,83	5,42
6	Garrafões, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	8,08	3,41
7	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	7,78	3,29
8	Farinha de trigo	7,41	3,13
9	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	6,53	2,76
10	Outras caixas de marchas	5,77	2,44
11	Malte não torrado, inteiro ou partido	5,67	2,40
12	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	4,66	1,97
13	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	4,44	1,87
14	Azeitonas, não congeladas	4,30	1,82
15	Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	4,17	1,76
16	Milho em grão, exceto para semeadura	4,04	1,71
17	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	4,00	1,69
18	Carnes desossadas de bovino, congeladas	3,82	1,61
19	Outros inseticidas, apresentados de outro modo	3,37	1,42
20	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	3,21	1,36
-	Total	236,83	100,00

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 55 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2017 (JAN-DEZ)			2018 (JAN-MAR)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	4.666,99	43,10	China	876,36	38,26
2	Argentina	2.053,61	18,96	Argentina	427,36	18,66
3	Estados Unidos	890,76	8,23	Estados Unidos	207,82	9,07
4	Países Baixos (Holanda)	544,43	5,03	Países Baixos (Holanda)	180,42	7,88
5	Japão	511,02	4,72	Paraguai	111,99	4,89
6	Arábia Saudita	501,78	4,63	Alemanha	107,86	4,71
7	Paraguai	463,08	4,28	Arábia Saudita	101,38	4,43
8	Alemanha	448,49	4,14	Íra	96,69	4,22
9	México	392,47	3,62	Itália	96,23	4,20
10	Coreia Do Sul	355,88	3,29	Chile	84,17	3,68
---	Total	10.828,51	100,00	Total	2.290,27	100,00

TABELA 56 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2018 (JAN-MAR) (1)

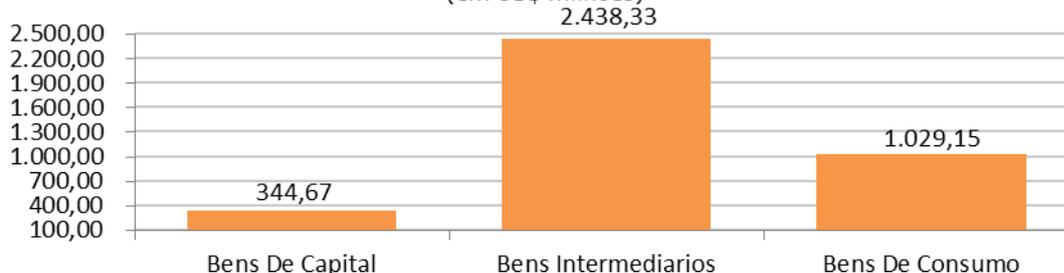
Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	729,75	27,95
2	Pedaços e miudezas de galos e galinhas, congelados	391,00	14,98
3	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	249,77	9,57
4	Pasta Química de madeira não conífera semi branqueada	152,08	5,83
5	Carnes de galos e galinhas, não cortadas, congeladas	142,23	5,45
6	Outras madeiras compensadas folheada, espess <=6mm	124,42	4,77
7	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	111,35	4,27
8	Automóveis com motor a explosao,1500<cm3<=3000	109,08	4,18
9	Milho em grão, exceto para semeadura	100,97	3,87
10	Outros açúcares de cana	79,79	3,06
11	Café solúvel, mesmo descafeinado	75,40	2,89
12	Automoveis com motor a explosao, cilindrada<=1000Cm3	61,96	2,37
13	Outros papeis e cartões para escrita de fibra mecânica >10%,Rolos	58,02	2,22
14	Outras carnes de suíno congeladas	47,82	1,83
15	Outros Veiculos Automoveis C/Motor Explosao,Carga<=5T	47,79	1,83
16	Madeira Serrada Ou Fendida Longitudinalmente	45,22	1,73
17	Tratores Rodoviaros P/Semi-Reboques	42,73	1,64
18	Madeira De Coniferas, Perfilada	41,09	1,57
19	Outras Pas Mecanicas,Escavadores,Carregadoras,Etc.	35,72	1,37
20	Farinhas E "Pellets",Da Extracao Do Oleo De Soja	31,87	1,22
-	Total	2.610,48	100,00

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)
(Consulta em 25/04/2018)

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Mar de 2018)(2)

(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 25/04/2018)

(*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.

Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)

Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 57 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2018 (JAN-MAR)			2018 (JAN-MAR)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.348,66	37,83	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	829,02	32,11
Aladi	957,60	26,86	União Europeia	653,26	25,30
União Europeia	625,96	17,56	Sem Agrupamento Especifico	597,96	23,16
Oriente Médio	351,60	9,86	Aladi	437,27	16,94
Demais Blocos	281,62	7,90	Oriente Médio	64,10	2,48
Total	3.565,44	100,00	Total	2.581,61	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

TABELA 58 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2017 (JAN-AGO)

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	947,32	13,36
2	Cargill Agricola S A	735,37	10,37
3	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	664,57	9,37
4	Bunge Alimentos S/A	647,66	9,14
5	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	627,54	8,85
6	Klabin S.A.	545,40	7,69
7	Usina De Acucar Santa Terezinha Ltda	345,62	4,88
8	Shb Comercio E Industria De Alimentos S.A.	344,40	4,86
9	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	326,80	4,61
10	Brf S.A.	234,92	3,31
11	Adm Do Brasil Ltda	210,26	2,97
12	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	207,55	2,93
13	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	198,25	2,80
14	Gavilon Do Brasil Comercio De Produtos Agrícolas Ltda.	192,03	2,71
15	Glencore Importadora E Exportadora S/A	169,95	2,40
16	Usina Alto Alegre S/A - Acucar E Alcool	152,74	2,15
17	Cooperativa Agroindustrial Lar	145,34	2,05
18	Nidera Sementes Ltda.	135,49	1,91
19	Cofco Brasil S.A	134,35	1,90
20	Companhia Cacique De Café Soluvel	123,87	1,75
---	Total	7.089,42	100,00

TABELA 59 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2017 (JAN-AGO)

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Volkswagen Do Brasil Ltda	496,04	13,77
2	Sul Plata Trading Do Brasil Ltda	388,48	10,78
3	Renault Do Brasil S.A	295,51	8,20
4	Flamma Oleos E Derivados Ltda	259,68	7,21
5	Oil Trading Importadora E Exportadora Ltda.	249,12	6,91
6	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	244,34	6,78
7	Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda.	243,85	6,77
8	Yara Brasil Fertilizantes S/A	194,29	5,39
9	Greenenergy Brasil Trading S.A.	142,81	3,96
10	Blueway Trading Importacao E Exportacao S.A.	139,37	3,87
11	Electrolux Do Brasil S/A	134,02	3,72
12	Brf S.A.	125,01	3,47
13	Cooperativa Agraria Agroindustrial	113,36	3,15
14	Macrofertil Industria E Comercio De Fertilizantes S.A.	108,01	3,00
15	Novo Nordisk Farmaceutica Do Brasil Ltda	85,03	2,36
16	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	80,91	2,25
17	Adama Brasil S/A	79,24	2,20
18	Fertilizantes Heringer S.A.	78,12	2,17
19	Nortox Sa	77,62	2,15
20	Iveco Latin America Ltda	68,55	1,90
---	Total	3.603,41	100,00

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior) (Consulta em 25/04/2018)

Últimos dados disponíveis referentes às Tabelas 59 e 60 são referentes à Agosto. (consulta em 25/04/2018).

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 60 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO (Em US\$ Milhões)				
Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
2015	7.649,59	7.084,25	175,24	14.909,08
2016	7.208,75	7.870,82	91,54	15.171,10
2017	8.665,70	9.298,58	118,12	18.082,39
Jan	415,58	539,13	10,55	965,26
Fev	542,99	642,88	8,04	1.193,92
Mar	1.066,41	740,12	14,14	1.820,66
Abr	860,08	668,27	8,58	1.536,94
Mai	863,28	889,81	13,48	1.766,57
Jun	862,39	901,23	11,56	1.775,19
Jul	806,84	847,53	10,68	1.665,05
Ago	814,83	856,75	11,95	1.683,54
Set	769,96	766,34	5,51	1.541,81
Out	630,69	801,12	7,65	1.439,47
Nov	567,86	790,76	8,43	1.367,06
Dez	464,78	854,64	7,53	1.326,95
2018	1.808,03	2.010,54	33,44	3.852,00
Jan	431,90	626,05	11,45	1.069,40
Fev	522,41	662,34	10,56	1.195,32
Mar	853,71	722,15	11,43	1.587,28

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) Dados sujeitos à alterações.
(Consulta: 25/04/2018)

TABELA 61 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2018 (JAN-MAR) (Em US\$ Milhões)							
Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá	551,57	22,49	485,72	22,91	65,86	1.037,29
2	São José dos Pinhais	415,74	16,95	435,83	20,56	-20,09	851,57
3	Curitiba	347,69	14,17	563,58	26,58	-215,89	911,26
4	Maringá	187,42	7,64	54,71	2,58	132,71	242,13
5	Araucária	140,18	5,72	288,37	13,60	-148,19	428,55
6	Ponta Grossa	132,78	5,41	100,64	4,75	32,14	233,43
7	Londrina	119,06	4,85	74,68	3,52	44,38	193,74
8	Palotina	80,94	3,30	2,83	0,13	78,12	83,77
9	Guarapuava	80,94	3,30	7,03	0,33	73,91	87,97
10	Cascavel	80,83	3,30	36,37	1,72	44,46	117,19
11	Campo Mourão	75,59	3,08	6,82	0,32	68,77	82,41
12	Cafelândia	64,87	2,64	1,94	0,09	62,94	66,81
13	Rolândia	64,68	2,64	10,09	0,48	54,59	74,77
14	Campo Largo	58,09	2,37	45,36	2,14	12,73	103,44
15	Telêmaco Borba	52,43	2,14	6,06	0,29	46,38	58,49
--	Total	2.452,81	100,00	2.120,02	100,00	332,79	4.572,84

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)
(Consulta em 25/04/2018)

20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

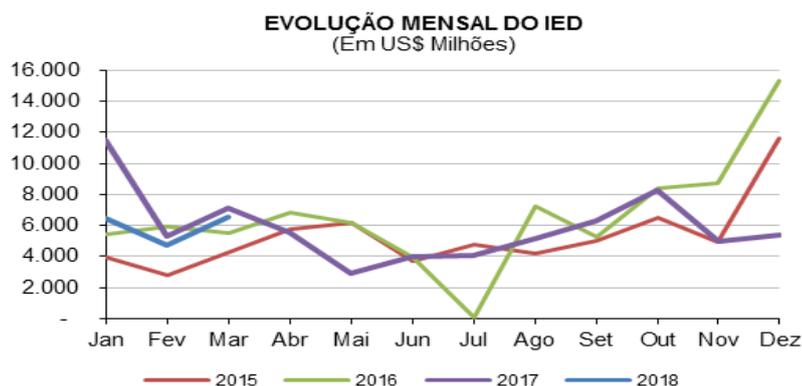
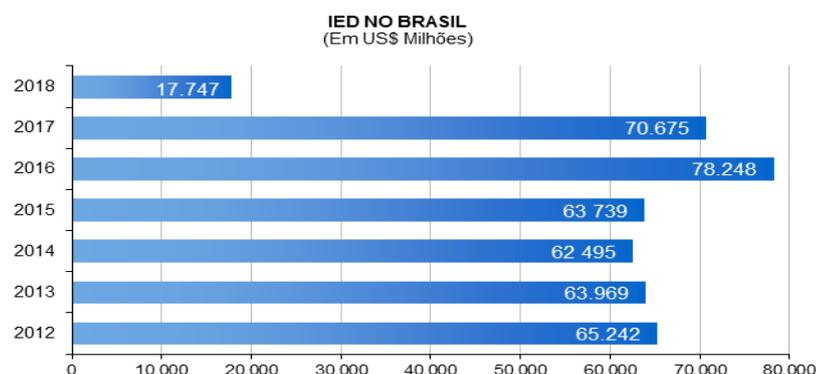
O IED do 1.º trimestre de 2018 mantém as tendências positivas verificadas no ano anterior, podendo até mesmo superar os US\$ 70,7 bilhões de 2017. A crise econômica e política no Brasil, com diferentes nuances, ainda não foram totalmente superados. Nesse momento, abril de 2018, a elevação da cotação do dólar poderá gerar impactos restritivos à agilização da entrada de IED. Ainda: a crise cambial atual na Argentina, poderia resvalar de alguma forma na economia brasileira.

Uma situação específica que se verifica atualmente é a realização por diversas entidades e organismos de avaliação de tendências econômicas da revisão das primeiras previsões de desempenho do PIB do Brasil, divulgadas inicialmente no 1.º bimestre de 2018. Nesse momento, já se tem uma queda nas expectativas de crescimento do PIB em 2018: de 2,85% cai para 2,50%. Mas mesmo com a queda das previsões iniciais, e considerando que o crescimento do PIB em 2017 foi 1,0%, ainda haverá crescimento substancial da economia com a elevação do PIB de 2018 em 2,5%. Muito importantes são as manutenções de queda nas taxas de inflação e a continuidade da política de redução das taxas de juros (SELIC/BC). As projeções atuais apontam para manutenção da tendência de crescimento em 2018, comparada a 2017. Ainda há condições para a continuidade do crescimento do consumo das famílias. O governo federal, nesse momento, já anunciou a breve liberação de saldos das contas do PIS/PASEP.

A retração pelas agências internacionais da nota do Brasil, do “*grau de investimento*” para “*grau especulativo*” produziu impactos imediatos mais intensos, mas agora amenizados.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar a produção interna e melhorar produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital externo especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que visa retorno mais imediato, ou seja, não permanece por longo prazo. Com uma crise, sai do país, pouco contribuindo em empregos, produtos ou serviços.

TABELA 62 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL		
Período	Valor em US\$ Milhões*	Variação Percentual
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
2016	78.896	23,78
2017	70.675	-10,28
Fev	5.306	-53,97
Mar	7.109	33,97
Abr	5.577	-21,54
Mai	2.926	-47,55
Jun	3.991	36,43
Jul	4.093	2,55
Ago	5.138	25,53
Set	6.339	23,37
Out	8.240	29,98
Nov	5.021	-39,06
Dez	5.407	7,70
2018	17.747	-25,88
Jan	6.466	19,57
Fev	4.743	-26,65
Mar	6.539	37,88



21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB

Em março/2018, os dados referentes a fevereiro para a dívida externa total cresceu: US\$ 316,2 bilhões: a curto prazo representava 16,53% do total e a médio e longo prazo atingiu 83,47%. São valores importantes para reduzir a pressão sobre pagamentos e desembolsos. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade para pagamento e renegociações.

A DEB, existente em dezembro/2017, caiu bastante em relação a 2016, ano em que a DEB caiu comparada a valores de 2015 e 2014. A DEB total é o somatório das dívidas dos setores público (governos: federal, estaduais e municipais, Distrito Federal e empresas públicas) privado.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes nos desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo grande, não indica, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar maior eficiência e capacidade para captação de recursos que sejam necessários e importantes para os setores público e/ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob um processo eficiente de gestão financeira podem ser perfeitamente justificáveis.

TABELA 63 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2010	56.450	22,12	198.734	77,87	256.804
2011	39.040	13,13	258.310	86,87	297.349
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015	56.103	16,61	281.629	83,39	337.732
2016	58.360	18,03	265.354	81,97	323.714
2017	51.144	16,52	258.363	83,48	309.507
2018*	52.268	16,53	263.905	83,47	316.173

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 27/03/2018) (*) Dados de Fevereiro

21.1. Distribuição da Dívida: Setor Público X Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para o período 2010-2015, conforme o Banco Central consta da Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2011 - 2015 foi, na média, responsável por mais da metade dessa dívida, superando 60% do total. O período 2011-2015 mostra forte inversão de tendência comparada a 2009-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2015, indica setor privado devedor de 61,8% do total da dívida externa, mais de 20% acima da dívida externa do setor público. A dívida do setor privado cresceu mais a partir de 2011, sob estímulo dos baixos juros externos e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais, Distrito Federal, mais as estatais.

TABELA 64 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA			
Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
2010 (1)	45,0	55,0	100
2011 (2)	37,2	62,8	100
2012 (3)	36,3	63,7	100
2013 (4)	38,5	61,5	100
2014 (5)	39,4	60,6	100
2015 (6)	38,2	61,8	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (2) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (3) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (4) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 119). (6) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 121).

*O boletim anual do Banco Central foi descontinuado, sendo os últimos dados divulgados do ano 2015.

22. RESERVAS CAMBIAIS

Em abril/2018 as reservas cambiais do Brasil superavam as existentes em dezembro/2017. Parcela desse valor está associado ao aumento do saldo da balança comercial e desvalorização do Real-R\$ frente ao US\$, período 2015/2016 e ao desempenho do comércio exterior em 2017.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico; permitem um "lastro cambial" que revela um elevado estoque de divisas no BC, e que vem atuando como um *colchão amortecedor* desde o início da crise mundial de 2008. Permitiu ao Brasil, até 1º semestre de 2014, maior credibilidade no mercado externo, e manter o "grau de investimento" obtido nos anos de 2008 e 2009, além de ampliar a entrada de capital externo.

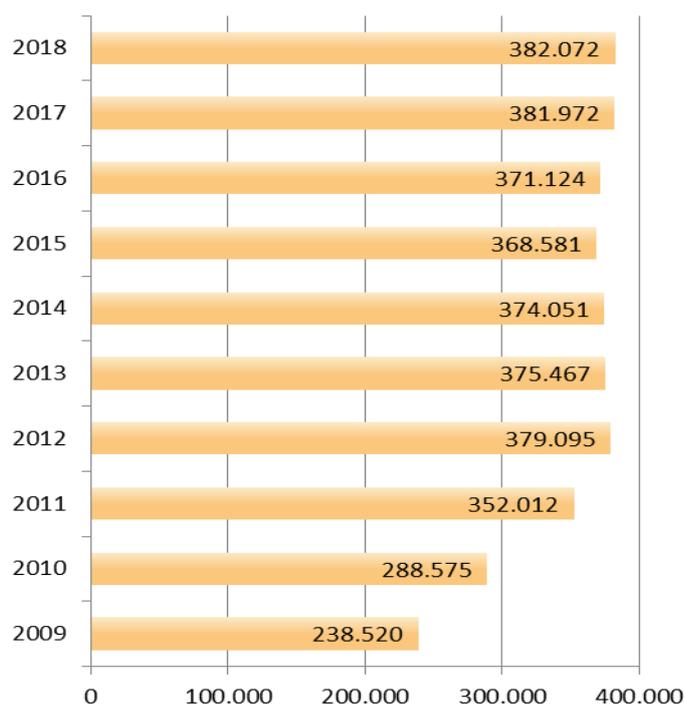
Atualmente, o **grau de investimento** da economia concedido pelas três agências internacionais de classificação de risco (**) foi baixado para **grau especulativo**. A redução da nota pelas agências significa que o acesso a crédito no exterior poderá ser contido, os juros pagos poderão crescer e também poderia incentivar a retirada de aplicações do exterior no Brasil.

Parcela dos US\$ da reserva cambial pode ser considerada especulativa, devido juros maiores pagos pelos títulos do governo brasileiro, comparados à remuneração de outros países. É um volume de divisas importante para o Brasil, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o "capital especulativo" volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, diante de distúrbios no mercado ou mesmo limitações políticas e econômicas internas poderão, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de grande entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações ou até mesmo empréstimos do exterior. A destacar, no entanto: muitos investidores poderiam, diante dos indicadores de consistência da economia dos EUA, optarem por aplicar a 3,0% em dólar do que a 6,5% em uma moeda mais fraca e que se desvaloriza perante o US\$.

TABELA 65 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Varição Sobre o Período Anterior
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
2016	371.124	0,69
2017	381.972	2,93
Abr	376.112	0,22
Mai	377.322	0,32
Jun	377.976	0,17
Jul	381.029	0,81
Ago	382.270	0,33
Set	382.145	-0,03
Out	380.183	-0,51
Nov	381.153	0,26
Dez	381.972	0,21
2018	--	--
Jan	383.671	0,54
Fev	382.085	-0,43
Mar	383.265	0,32
Abr	382.072	-0,31

Evolução das Reservas Cambiais (*) (US\$ milhões)



Fonte: www.bc.gov.br - (Economia e Finanças - Indicadores de conjuntura - Reservas Internacionais - Dados diários) (Consulta em 30/04/2018)

(*) Reservas de 2018 referentes ao dia 27/04/2018. (**) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's (S&P). Em Janeiro de 2018 a agência S&P rebaixou a nota do Brasil de BB para BB-, ainda dentro da categoria de especulação.